RELATÓRIO E CONTAS
2021

ÍNDICE

Mensagem do Presidente 7

Relatório de gestão 9

1. Enquadramento macroeconómico 11
   - 1.1. Economia mundial 11
   - 1.2. Economia portuguesa 11
2. O SNQTB 13
   - 2.1. Estrutura orgânica 15
   - 2.2. Missão, valores e cultura 19
   - 2.3. Política de qualidade 20
   - 2.4. Responsabilidade social 20
3. Áreas relacionadas e de suporte 21
   - 3.1. Departamento de Recursos Humanos 21
     - 3.1.1 Evolução do efetivo 21
     - 3.1.2 Política salarial 22
     - 3.1.3 Formação 23
     - 3.1.4 Seguro de saúde 23
   - 3.2. Departamento Executivo de Operações 23
   - 3.3. Departamento de Termos de Responsabilidade e Pré-Autorizações 24
   - 3.4. Departamento de Reembolsos 24
   - 3.5. Departamento de Faturação e Convencionados 25
   - 3.6. Departamento Jurídico e de Contencioso Laboral 25
     - 3.6.1 Apoio jurídico aos sócios 25
     - 3.6.2 Questões jurídico-laborais gerais 26
     - 3.6.3 Apoio jurídico à Direção do SNQTB 27
     - 3.6.4 Contribuição para políticas públicas 28
     - 3.6.5 Fundos de Pensões 29
   - 3.7. Departamento de REI, Acordos e Orçamentos 29
   - 3.8. Departamento de Instalações, Aprovisionamento e Comunicações 30
   - 3.9. Departamento de Sistemas de Informação 31
   - 3.10. Departamento da Negociação Coletiva 34

3.11 REPER – Comissão de Acompanhamento de Fundos de Pensões 35
3.12 Departamento de Representação Institucional Interna e Externa 36
3.12.1 Representação institucional interna 36
3.12.2 Representação institucional externa 37
4. Principais riscos para 2022 39
5. Proposta de aplicação de resultados 41

Notas às contas **43**

Balanço 45
Demonstração dos resultados por naturezas 46
Demonstração das alterações nos fundos próprios 47
Demonstração de fluxos de caixa 48
1. Identificação da entidade 49
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 49
3. Principais políticas contabilísticas 49
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 56
5. Ativos fixos tangíveis 56
6. Propriedades de investimento 57
7. Ativos intangíveis 58
8. Investimentos financeiros método de equivalência patrimonial 58
9. Outros investimentos financeiros 60
10. Clientes 62
11. Estado e outros entes públicos 62
12. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros 63
13. Outros créditos a receber 65
14. Diferimentos 66
15. Ativos financeiros detidos para negociação 67
16. Caixa e depósitos bancários 68
17. Fundos patrimoniais 68
18. Fornecedores 69
19. Outras dívidas a pagar 70
20. Contribuições e quotizações 71
21. Atividade sindical 71

22. Fornecimentos e serviços externos 72
23. Gastos com o pessoal 73
24. Imparidades 74
25. Aumentos/reduções de justo valor 75
26. Outros rendimentos 75
27. Outros gastos 76
28. Eventos subsequentes 77
29. Garantias e processos judiciais 77

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Tal como em 2020, em 2021 o ano continuou a ser marcado pela pandemia, a que se juntou o violento processo de reestruturação de alguns bancos. Um processo inédito quanto à profundidade e rapidez com que foi encetado.

Com os bancários na linha da frente ao serviço dos clientes, foi possível salvaguardar, não obstante a pandemia, a base produtiva e de emprego em Portugal. Acresce que a dinâmica dos setores exportadores, a retoma do turismo, as moratórias, em conjunto, permitiram à economia portuguesa uma forte recuperação. Realce para as moratórias, desenhadas no seio da União Europeia, mas exemplarmente montadas pelos trabalhadores bancários, que não se traduziram nos níveis de incumprimento que alguns recearam. Por tudo isto, o ano de 2021 trouxe níveis de rendibilidade, produtividade e de rácios (baixos) de imparidades como há muitos anos não se verificavam no setor bancário.

Os processos de reestruturação da banca, cada vez mais subordinados a dinâmicas de afetação de capital e de exigências de rendibilidade determinadas em centros de decisão fora de Portugal, tiveram o seu reflexo num ano particularmente intenso do ponto de vista sindical. Para isso foi decisivo o caráter impositivo, com muito menor recurso a soluções negociadas, destes processos de redução de capacidade, encetados por alguns bancos de retalho. Estes processos levaram o SNQTB a uma reação em crescendo, de reuniões plenárias com sócios, audiências parlamentares, ministeriais e com o senhor Presidente da República, presença na comunicação social, manifestações e a greves decretadas pelos sindicatos bancários, num movimento concertado, inédito desde 1988.

Tendo clara consciência de que os processos de decisão se fazem, amiúde, em outras geografias, o nosso Sindicato foi, no ano de 2021, co-criador da FISBANCA (Federação Ibérica de Sindicatos Independentes da Banca) e membro ativo da FECEC (Federação Europeia dos Quadros das Instituições de Crédito) e da CEC (Confederação Europeia de Quadros).

O SNQTB foi ainda pioneiro, nos anais do sindicalismo bancário, ao constituir um Fundo de Apoio Sindical (FAS) que se destina a manter, ao longo dos anos necessários, os processos de impugnação por despedimento coletivo intentados por vários sócios deste Sindicato. O SNQTB supre, deste modo, uma falha grave na legislação laboral, que em conjunto com a morosidade dos processos de litigância, tornam difícil que se obtenha a justiça em tempo útil.

O nosso Sindicato criou também uma Representação Permanente (REPER) dos Fundos de Pensões para acompanhar, nas vertentes económica, financeira e jurídica, todos os fundos de pensões estabelecidos por contratação coletiva. Acreditamos que a dedicação, o profissionalismo e a especialização, aqui como em todos os domínios, faz a diferença entre as organizações que almejam a representar os interesses dos trabalhadores.

O ano terminou sem que o Grupo Negociador das Instituições de Crédito tenha tido a vontade de fazer uma proposta de atualização das tabelas salariais e das cláusulas de expressão pecuniária condigna quer com a inflação registada (1,3%) quer com os ganhos de rendibilidade e de produtividade do setor.

Os bancários mereciam mais respeito. Não se calaram, nem se calam, perante as injustiças laborais de que têm vindo a ser alvo.

Na área da saúde, ainda muito influenciada pela pandemia, mantivemos uma política criteriosa de expansão da Rede de Escolha Informada (REI); de estimativas de comparticipação para todas as cirurgias com materialidade para os sócios; aconselhamento e orientação nas áreas das doenças crónicas, degenerativas e oncológicas; e, finalmente, de generalização do processo de envio digital das despesas e no consequente reembolso ainda mais célere.

Ainda na área da saúde e do bem-estar, criámos uma Rede de Bem-Estar e Família – REBEF, com parceiros em áreas conexas com a saúde, mas fora do âmbito, da natureza, do SAMS Quadros. Procurando, deste modo, obter benefícios, sem custos, os quais são revertidos para os sócios e beneficiários.

Os projetos de reengenharia de processos internos, apoiados em subcontratação inteligente nas áreas das tecnologias de informação e automação, a par com uma gestão holística dos processos de tesouraria e de pagamentos a fornecedores, permitiram a continuação da redução de custos operativos e o reforço de nossa liquidez.

Gostaria de destacar a forte atividade benemérita dos sócios e do SNQTB, via Fundação Social Bancária (FSB). Apoios sociais de emergência, forte aposta na expansão das bolsas de estudo universitário, interligação com outras fundações portuguesas, e desenvolvimento de inúmeras iniciativas culturais e recreativas, marcaram, de forma indelével, a atividade da FSB.

O ano foi também marcado pelo reforço da tendência de grandes grupos financeiros internacionais em deslocalizarem atividades e centros de competência para território português. Num elogio implícito aos níveis de qualificação dos trabalhadores bancários portugueses. O SNQTB tem-se mostrado atento e competente na afirmação de uma proposta de valor para estes novos bancários.

Ainda do ponto de vista estratégico, saliente-se os contributos positivos, e crescentes, obtidos por todas as empresas participadas: Mediadora Independente de Seguros (MIS), Sociedade Gestora de Fundos de Pensões (SGF) e Centro Ótico (Ótica SAMS Quadros). E a rendibilização, igualmente crescente, de nosso património imobiliário.

Apesar das incertezas trazidas pela pandemia, as reestruturações bancárias, não envolvendo "ab initio" os sindicatos e pelo novo cenário de tensões inflacionistas, o ano de 2021 foi de solidificação da posição do SNQTB como de maior sindicato português de trabalhadores no ativo.

Não gostaria de terminar sem agradecer a lealdade dos sócios e o seu sentido de proselitismo na defesa da causa dos bancários, a dedicação dos nossos trabalhadores e o apoio sem reservas, no absoluto respeito dos estatutos, dos órgãos sociais.

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1 Economia mundial

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial apresentou um crescimento global de 5,9% em 2021. A retoma ao crescimento económico foi desencadeada pelo sucesso e avanço dos programas de vacinação contra a COVID-19, pelo aliviar de medidas de contenção à pandemia e, consequentemente, pelo reforço da confiança e otimismo, principalmente nos países mais desenvolvidos.

Os Estados Unidos, maior economia do mundo, registou um crescimento de 5,7% em 2021, alcançando o maior crescimento real desde 1984. A recuperação da economia americana, que havia registado uma contração de 3,4% em 2020, é fruto do crescimento do consumo privado, do investimento estrangeiro, assim como do nível de exportações e investimento privado.

A China, única grande economia mundial que não registou uma contração do PIB no primeiro ano de pandemia, atingiu um crescimento anual de 8,1% em 2021, crescimento mais elevado da última década, tendo superado assim o ritmo de crescimento pré-pandemia. A principal contribuição para este crescimento foi a produção industrial que cresceu 9,6%, assim como as exportações que continuaram a crescer a dois dígitos. A aceleração da economia chinesa ficou a dever-se à política monetária expansionista por parte do Banco Central da China que, em julho e dezembro do ano passado, cortou nas taxas de juro dos financiamentos à economia e nos rácios obrigatórios para o setor bancário.

A economia da Zona Euro apresentou um crescimento de 5,3% em 2021, depois de, em 2020, ter apresentado uma contração de 6,8%. A Alemanha, maior economia da Zona Euro, cresceu 2,7% em 2021, enquanto França, Itália e Espanha cresceram 7,0%, 6,5% e 5,0%, respetivamente.

As projeções iniciais do FMI projetavam um crescimento global do PIB na ordem dos 4,4% em 2022. Não obstante, os recentes acontecimentos despoletados pela invasão militar da Federação Russa à Ucrânia geraram uma incerteza bastante significativa quanto à evolução da economia mundial e dos mercados financeiros em 2022. Com a Europa fortemente dependente das importações de energia russa, a crescente pressão sobre a inflação desencadeada pela evolução dos preços da energia e *commodities* deverá implicar uma atuação dos bancos centrais na normalização da política monetária.

1.2 Economia portuguesa

O Produto Interno Bruto (PIB) português apresentou um crescimento de 4,9% em 2021, depois da contração histórica de 2020 (8,4%). Trata-se do crescimento mais elevado desde 1990. De referir que o crescimento verificado, não só ficou acima dos 4,8% previstos pelo Governo no Orçamento para 2022, como superou as projeções das principais instituições nacionais e internacionais.

O crescimento do PIB reflete principalmente o aumento da procura interna, cujo contributo foi de 5,2 p.p. O consumo público e o investimento aumentaram em termos reais, em 2021, 5% e 7,2%, respetivamente.

As contas públicas retomaram em 2021 a trajetória de consolidação, tendo o défice público diminuído 1,6 p.p. para 4,2% do PIB e a dívida pública para 127,5% do PIB (-7,7 p.p., comparativamente a 2020).

O Plano de Recuperação e Resiliência será um importante fator para o crescimento económico no horizonte temporal 2022-2026. Durante este período, serão recebidos 16,6 mil milhões de Euros, dos quais 13,9 mil milhões de Euros a fundo perdido. Para 2022, estão previstos 4,2 mil milhões de Euros, o que, segundo a Comissão Europeia, terá um impacto de mais 0,8 p.p. no PIB português.

As projeções dos organismos nacionais e internacionais que apontavam Portugal como um dos países com maior taxa de crescimento na Zona Euro em 2022, deverão, entretanto, ser revistas em baixa na sequência do conflito militar em curso na Ucrânia.

2. O SNQTB

O **SNQTB – Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários** é um projeto iniciado em 1983, tendo como objetivo a defesa exclusiva dos profissionais que, na Banca portuguesa, exercem funções técnicas ou de enquadramento.

Pautando-se por uma prática sindical rigorosamente apartidária e independente, o SNQTB tem vindo a afirmar-se na vida sindical e na sociedade portuguesa pelas posições responsáveis que assume, pela forma dialogante como encara os problemas e pela razoabilidade das soluções que apresenta.

Valorizando igualmente uma noção moderna e reformista, o SNQTB tem, cada vez mais, dinamizado o conceito de serviço social. Ou seja, o Sindicato é também uma empresa de prestação de serviços de qualidade, deste modo indo ao encontro das necessidades dos Sócios e das suas famílias.

A sede do SNQTB situa-se na Rua Pinheiro Chagas nº 6, em Lisboa, onde se encontram alguns dos seus Departamentos, estando os restantes serviços instalados noutros edifícios, nomeadamente, na Rua Viriato, 27B e na Av. Miguel Bombarda, nº 61 e nº 56-2º.

O Sindicato dispõe ainda de treze Delegações, situadas em Aveiro, Braga, Coimbra, Covilhã, Faro, Funchal, Leiria, Lisboa, Ponta Delgada, Porto, Ribatejo Oeste, Setúbal e Viseu.

O SNQTB é membro efetivo do Conselho Económico e Social da Região Autónoma da Madeira – CES Madeira, detendo a vice-presidência da Comissão Permanente de Concertação Social; e do CES Açores.

Em Portugal, o Sindicato é membro fundador e coordenador da **USI – União dos Sindicatos Independentes** e da **FSIB – Federação dos Sindicatos Independentes da Banca**.

A nível internacional, o SNQTB é membro fundador da **FISBANCA – Federação Ibérica dos Sindicatos da Banca e das Instituições Financeiras**, associado da **CEC – Confederação Europeia de Quadros** e da **FECEC – Federação Europeia dos Quadros e dos Estabelecimentos de Crédito**, na qual detém a vice-presidência.

Sabendo que os primeiros anos de vida são fundamentais na preparação das bases de competências, habilidades e valores do ser humano, e consciente das atuais dificuldades das famílias, o SNQTB, na sua habitual estratégia de intervenção, procurou encontrar soluções que fossem ao encontro das necessidades dos seus Sócios, no que respeita à educação das crianças e jovens que integram o agregado familiar.

Foi precisamente neste contexto que foi tomada a decisão de instituir a Fundação Social Bancária, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que desenvolve atividades no âmbito da política social, particularmente no apoio às crianças e jovens.

A **FSB – Fundação Social Bancária**, que tem como entidade instituidora o SNQTB, foi reconhecida como IPSS e pessoa coletiva de utilidade pública por despacho de 28 de dezembro de 2011 do ministro da Solidariedade e da Segurança Social, tendo sido lavrado o respetivo registo em 5 de janeiro de 2012, pela inscrição nº 2/2012, a fls. 38 e 38 verso, do Livro nº 7, das Fundações de

Solidariedade Social.

Com o objetivo de colocar os Seguros dos Ramos Vida e Não Vida em condições vantajosas para os Sócios do SNQTB e dos demais Sindicatos afetos à USI, foi criada a **MIS – Mediação Independente de Seguros**.

De imediato, o Instituto de Seguros de Portugal reconheceu à MIS o estatuto de Mediador Ligado, tendo emitido, em 28 de agosto de 2007, o Certificado nº 2007/15779.

A evolução do mercado e a instabilidade no setor de seguros levou os responsáveis da MIS a renegociar os acordos com as referidas seguradoras e a solicitar ao Instituto de Seguros de Portugal a alteração do seu estatuto de Mediador Ligado para Agente de Seguros, com vista a possibilitar a celebração de contratos com outras Companhias de Seguros. Assim, a MIS deixou de ser um Mediador Ligado e passou à categoria de Agente de Seguros.

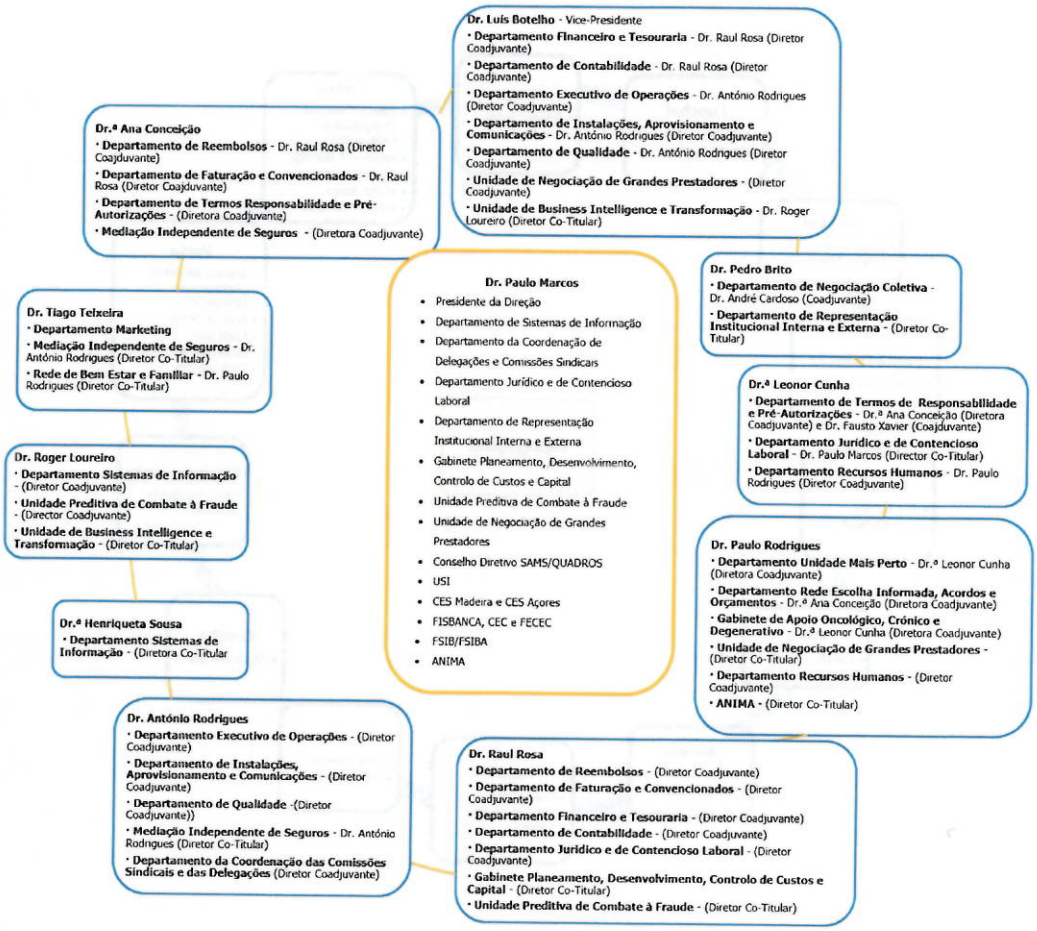
Atualmente, a MIS comercializa Seguros do Ramo Não Vida (automóvel, habitação, acidentes de trabalho, responsabilidade civil, condomínio, pets, caçadores e outros) e Seguros do Ramo Vida (PPR's e Seguros de Vida).

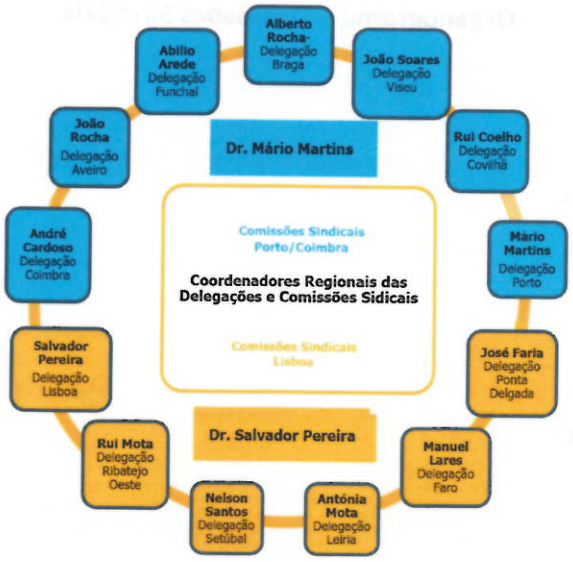
A partir de outubro de 2017, a MIS estabeleceu um protocolo comercial com a Melior, um dos maiores corretores de seguros em Portugal.

Em maio de 2018, o SNQTB abriu, em parceria com um dos maiores operadores nacionais, a primeira loja de ótica em Lisboa. Seguiu-se, em 2019, uma outra unidade "**Ótica SAMS Quadros**" na cidade do Porto.

O crescimento do SNQTB não ficará por aqui e à medida que o seu número de Sócios aumenta, cresce também a vontade dos seus dirigentes e trabalhadores em prestar um serviço de excelência.

2.1. Estrutura orgânica





Organograma – Delegações

Organograma – Comissões Sindicais

novobanco

- **Viseu/Porto/Coimbra**
  - Ana Falcão
  - Antónia Mota
  - João Rocha
  - João Soares
  - Mário Martins
- **Lisboa**
  - José Gonçalves
  - Rui Mota

Millennium bcp

- **Porto/Coimbra**
  - André Cardoso
  - Isabel Severino
  - Serafim Pinto
- **Lisboa**
  - João Carvalho
  - Pedro Rola

BPI Grupo CaixaBank

- **Porto**
  - Alberto Rocha
- **Lisboa**
  - Isabel Remédios
  - José Marques

Santander

- **Porto**
  - Alberto Pereira
  - Teresa Marques
- **Lisboa**
  - Fausto Xavier
  - Mário Almeida
  - Susana Gonçalves

Banco Montepio

- **Porto/Coimbra**
  - Carla Rito Cunha
- **Lisboa**
  - Eva Santo António
  - Nélson Santos
  - Salvador Pereira

parvalorem

- **Porto**
  - Nídia Deveza

EuroBic

- **Porto/Coimbra**
  - João Paulo Pratas

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

- **Lisboa**
  - Francisco Conceição

BNP PARIBAS

- **Lisboa**
  - Liliana Marques

Fundação Social Bancária (FSB)

- Conselho de Administração: Dr. Paulo Marcos (Presidente), Dr. António Amaral (Vice-Presidente), Dr. José Barroso (Vogal), Dr. José Leite Maia (Vogal) e Dr. Amaro Ruivinho (Vogal);
- Comissão Executiva: Dr. António Amaral, Dr. José Leite Maia e Dr. José Barroso.

Sociedade Gestora de Fundos de Pensões (SGF)

- Conselho de Administração: Dr.ª Rita Appleton;
- Conselho Fiscal: Dr. Raul Rosa.

Mediação Independente de Seguros (MIS)

- Gerentes: Dr. Tiago Teixeira, Dr. António Rodrigues, Drª Ana Conceição e Dr.ª Susana Mendes

Teorias Rotativas SGPS, Lda

- Gerentes: Dr. Paulo Marcos, Dr. Tiago Teixeira, Dr. Paulo Rodrigues, Dr. José Barroso e Dr. António Amaral.

União de Sindicatos Independentes (USI)

- Representantes SNQTB:
  - Conselho Diretivo: Dr. Paulo Marcos (Presidente) e Dr. Rui Geraldes;
  - Comissão Executiva: Dr. Manuel Ramos Lopes (Presidente) e Dr.ª Eva Santo António;
  - Mesa da Assembleia Geral: Dr. António Borges Amaral (Presidente) e Dr.ª Eva Santo António;
  - Conselho Fiscal: Dr. Luís Botelho e Dr. Mário Almeida
  - Conselho de Disciplina: Dr. Pedro Brito (Vice-presidente) e Dra. Ana Conceição
  - Conselho Coordenador: Dr. Paulo Marcos (Presidente)

Federação dos Sindicatos Independentes da Banca (FESIBA/FSIB)

- Representantes SNQTB: Dr. Paulo Marcos, Dr. António Amaral, Dr. Pedro Brito

Confederação Europeia de Quadros (CEC)

- Representantes SNQTB: Dr. Paulo Marcos, Dr. Luís Botelho, Dr. Paulo Rodrigues, Dr. Pedro Brito, Drª Eva Santo António, Dr. Rui Mota, Dr. Pedro Rola e Drª Maria Antónia Mota.

Federação Europeia dos Quadros e das Instituições de Crédito e Financeiras (FECEC)

- Representantes SNQTB:
  - Assembleia Geral: Dr. Paulo Marcos, Dr. Pedro Brito, Drª Ana Conceição, Dr. Luís Botelho, Drª Leonor Cunha e Dr. Raul Rosa;
  - Comité Diretor: Dr. Paulo Marcos, Dr. Luís Botelho, Dr. Pedro Brito e Drª Antónia Mota.

2.2. Missão, valores e cultura

Missão

O SNQTB é uma associação autónoma, independente do Estado, dos empregadores e de associações de qualquer natureza, designadamente de caráter político e que orienta a sua ação pelos princípios do sindicalismo democrático.

Tem assim como missão prestar um serviço de excelência aos sócios designadamente em questões de natureza laboral e sindical e da prestação e comparticipação de serviços de saúde através do SAMS Quadros.

Valores e Cultura

Os trabalhadores, os titulares dos órgãos sociais do SNQTB, e os prestadores de serviços pautam a sua atuação por padrões elevados de ética profissional. Evitam situações suscetíveis de originar conflitos de interesses. E asseguram o estreito cumprimento dos seguintes princípios éticos:

OBJETIVIDADE

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem atuar de modo imparcial e com isenção, em relação a todos aqueles com os quais contatam no âmbito da sua atividade profissional.

CONFIDENCIALIDADE

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem manter a reserva e discrição em relação a factos e informações de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

INDEPENDÊNCIA

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem agir com independência e equidistância relativamente a todas as entidades e pessoas com quem estabeleçam uma relação em virtude do exercício das suas funções.

INTEGRIDADE

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem atuar segundo critérios de honestidade e lealdade pessoal e do interesse público que representam, para garantir a veracidade e confiança no trabalho realizado.

COMPETÊNCIA

Todos trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem assumir-se como profissionais que dedicam o seu esforço e empenho ao cumprimento das tarefas que lhes são confiadas, exercendo a sua atividade diária com rigor técnico.

PROPORCIONALIDADE

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem pautar a sua conduta pela adequação dos seus procedimentos aos objetivos da sua atividade.

RIGOR

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem exercer a sua atividade diária com o máximo de rigor técnico.

2.3. Política de Qualidade

No sentido de melhorar continuadamente os seus valores e a sua missão, o SNQTB, todos os anos, é alvo de auditorias para renovação da certificação de qualidade, para assim confirmar a concordância do seu Sistema de Qualidade com a norma de referência comum e internacionalmente reconhecida, a norma – SC-BUPR-054

O SNQTB procura, desta forma, aumentar a confiança dos Sócios, através de uma longa e clara demonstração da Qualidade dos seus serviços.

Assim, o SNQTB, ciente da sua responsabilidade na tarefa de satisfazer os Sócios, assume os seguintes compromissos:

- Satisfazer as expetativas do sócio, ultrapassando-as se possível através da permanente melhoria dos serviços prestados;
- Otimizar continuamente os processos do Sistema de Gestão da Qualidade, de modo a reduzir gastos desnecessários;
- Definir periodicamente um conjunto de objetivos na ótica da melhoria do desempenho geral na entidade;
- Avaliar e promover a satisfação das necessidades e expectativas legítimas dos sócios;
- Planear, operar, gerir e manter as infraestruturas de forma eficaz e eficiente.

2.4. Responsabilidade social

O SNQTB pretende, cada vez mais, desempenhar um papel ativo na sociedade em que atua, contribuindo de forma relevante, através de obras realizadas e projetos previstos, para o desenvolvimento e progresso das respetivas zonas circundantes, preservando o meio envolvente e, acima de tudo, melhorando a qualidade e bem-estar de todos.

Nesse sentido, no SNQTB todos os projetos possuem um caráter de responsabilidade social sob a orientação dos anteriores pressupostos.

3. ÁREAS RELACIONADAS E DE SUPORTE

3.1. Departamento de Recursos Humanos

À semelhança de 2020, o ano de 2021 foi marcado pela pandemia COVID-19. Depois de um primeiro semestre marcado por novas vagas de contágio e por um período de confinamento alargado, no segundo semestre, graças à elevada adesão às vacinas, verificou-se uma maior confiança por parte da população portuguesa em retomar a sua atividade normal, verificando-se, também e consequentemente, a retoma da economia.

A estrutura de recursos humanos do SNQTB adotada no decorrer de 2021 procurou garantir a capacidade técnica e operacional do Sindicato, tendo em vista o cumprimento dos seus objetivos.

Salienta-se que a pandemia COVID-19 colocou um desafio exigente no âmbito da gestão de recursos humanos, designadamente no que respeita à transição para o regime de teletrabalho, a adaptação a novos métodos de comunicação interna, à reorganização dos postos de trabalho, bem como à adoção de estratégias organizacionais que visassem contrariar os efeitos do afastamento físico da organização por parte dos seus trabalhadores, mas que mantivessem os níveis de motivação e produtividade.

Na contínua prevenção e mitigação dos efeitos da COVID-19 nas instalações do Sindicato, continuou a ser desenvolvido um conjunto de ações e medidas das quais destacamos:

- Manutenção do regime de teletrabalho e o desfasamento dos horários de entrada e de saída dos trabalhadores;
- Reorganização das equipas de trabalho, com a criação de "equipas em espelho";
- Distribuição de equipamento de proteção individual a todos os trabalhadores;
- Reforço da limpeza e higienização dos espaços;
- Reforço da sensibilização sobre o afastamento social e utilização de equipamentos de proteção individual;
- Realização de testes (Antigénio) à COVID-19 aos trabalhadores.

3.1.1 Evolução do Efetivo

No último triénio (2019-2021) verificou-se alguma estabilidade na evolução do efetivo no SNQTB, conforme se pode constatar na tabela seguinte:

Quadro de pessoal a 31 de dezembro 2021

Ano	2021	2020	2019	2018
Sem termo	98	95	104	105
Termo Certo	19	18	11	6
Efetivo global	**117**	**113**	**115**	**111**

No quadro seguinte, podemos observar que ocorreram 8 saídas em 2021, 5 delas por iniciativa do trabalhador.

Saídas				
Ano	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Reforma por limite de idade		1		
Falecimento				
Revogação por Mútuo Acordo	2	8	2	
Cessação de contrato a termo certo	1			1
Iniciativa do trabalhador	5			
Outros		1		1
Total	**8**	**10**	**2**	**2**

3.1.2 Política salarial

Ao longo dos últimos quatro anos e de acordo com o refletido no quadro abaixo, os trabalhadores do SNQTB tiveram aumentos anuais de 1%, 0,75%, 0,3% e 0,4%, respetivamente em 2018, 2019, 2020 e 2021, sobre todos os vencimentos base e complementos.

Vencimentos - Trabalhadores				
Ano	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
% aumento	0,4%	0,3%	0,75%	1%

No que respeita ao subsídio de alimentação, tem sido política da Direção do SNQTB aproximar os valores recebidos pelos seus trabalhadores aos valores recebidos pelos trabalhadores do setor bancário, privilegiando uma convergência paulatina a esse título.

Esta política foi iniciada em julho de 2018, com aumento para 8,00€/dia (vs. 7,25€/dia, em vigor desde 2015) e prosseguiu em abril de 2019 (aumento para 8,50€/dia), janeiro de 2020 (aumento para 9,00€ por dia), e janeiro de 2021, com novo aumento para os atuais 9,50€ por dia.

Subsídio de alimentação - Trabalhadores				
Ano	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Valor/dia	9,50€	9,00€	8,50€	8,00€

3.1.3 Formação

A formação dos recursos humanos do SNQTB decorre de necessidades emergentes dos seus trabalhadores, integradas nas diversas e respetivas áreas de atuação. Deste modo, é assim entendida como um elemento de um processo global de gestão e de desenvolvimento dos recursos humanos que contribui para a eficiência da instituição.

A formação que se desenvolve no Grupo SNQTB constitui um meio que este tem ao seu dispor a fim de atingir os objetivos previamente definidos e, deste modo, contribuir para o reforço constante das competências dos seus trabalhadores e de si mesma, enquanto entidade interveniente na vida social. Não esquecendo nunca que a formação é um dos fatores dinâmicos mais importantes da competitividade de uma instituição, esta surge como uma resposta às constantes mudanças e desafios que a instituição tem de enfrentar.

No ano de 2021, para além da constante formação on job ministrada em todos os Departamentos e Delegações, o Sindicato apostou na formação em Gestão de Reclamações e Sistemas de Gestão da Qualidade.

3.1.4 Seguro de saúde

Os trabalhadores do SNQTB beneficiam de um seguro de saúde contratado junto da MIS – AdvanceCare/Generali, extensível aos seus descendentes, em determinadas condições.

3.2. Departamento Executivo de Operações

Em 2021 a atividade do DEO distribuiu-se, principalmente, do modo seguinte:

- Receção, tratamento e conservação física e digital de documentação enviada por sócios e beneficiários;
- Atualização, manutenção e controlo de qualidade da base de dados de sócios e beneficiários;
- Realização do processo anual de renovação de cartões SAMS Quadros, através de entidade externa especializada (65.000 cartões);
- Emissão e produção regular de cartões SAMS Quadros;
- Emissão e produção regular de cartões Família;
- Emissão regular de cartões BP;
- Apoio aos sócios no acesso ao "Portal do Sócio" e "App";
- Resposta a questões dos sócios no relacionamento com o SNQTB e o SAMS Quadros.

3.3. Departamento de Termos de Responsabilidade e Pré-Autorizações

Os termos de responsabilidade emitidos pelo Departamento de Termos de Responsabilidade e Pré-autorizações (DTRPA) permitem aos sócios o acesso à realização de atos médicos, devidamente aprovados em conselho clínico, em prestadores convencionados, sem o pagamento imediato desse mesmo ato.

O DTRPA é responsável pelas atividades de:

- Análise e constituição dos processos para parecer do Conselho Clínico
- Atendimento telefónico e prestação de esclarecimentos aos sócios
- Interação com os prestadores de Serviços de Saúde

Termos de Responsabilidade

Analisados em Conselho Clínico:		Outros	Total
Aprovados	Não aprovados		
2366	24	7 906	10 296

De acordo com a informação do quadro anterior, foram emitidos 10296 Termos de Responsabilidade, dos quais cerca de 23% foram analisados em sede de Conselho Clínico e destes apenas 1% não foram aprovados devido ao facto de se tratar de atos que estão fora do perímetro de comparticipação do SAMS Quadros.

Os restantes 77% dos TR emitidos são para realização de meios complementares de diagnóstico, tratamentos de radioterapia e outros exames e tratamentos.

Comparando com o ano de 2020, ano particularmente marcado pela pandemia COVID-19, assistimos, em 2021, a um aumento de 30% no total de Termos de Responsabilidade emitidos.

3.4. Departamento de Reembolsos

A atividade principal do Departamento de Reembolsos do SAMS Quadros (DR) consiste em analisar e processar os pedidos de reembolso que são enviados pelos Sócios para comparticipação de despesas de saúde efetuadas.

O DR realiza ainda as seguintes atividades:

- Análise e processamento de pedidos de subsídios de Terceira Idade (Lar);
- Análise e preparação de processos de estomatologia/medicina dentária para apresentar em Conselho Clínico;
- Preparação de processos para análise e parecer em Conselho Diretivo do SAMS Quadros;
- Preparação de processos de pedido de empréstimo ao abrigo do Fundo Complementar de Saúde;
- Elaboração de estimativas de comparticipação para tratamentos de medicina dentária;

- Atendimento telefónico aos sócios para esclarecimento de dúvidas.

O DR recebeu, em 2021, cerca de 265 mil pedidos de reembolso para analisar e tratar, sendo que cerca de 65% foram rececionados pelo Portal do Sócio e os restantes foram remetidos em papel. O envio de despesas para reembolso via Portal tem vindo a ser cada vez mais significativo, o que decorre, entre outros motivos, da possibilidade de envio de documentos relacionados com estomatologia/medicina dentária e ótica.

Em 2021, o DR analisou pedidos de reembolso no valor de cerca de 26 milhões de euros (o que compara com 22,2 milhões de euros em 2020).

Os atos médicos na área da estomatologia/medicina dentária, as consultas e as próteses oculares são aqueles que têm maior representação no total do montante das comparticipações do SAMS Quadros (70%).

O DR continua a ter como objetivo primordial a manutenção do seu nível de serviço, proporcionando aos Sócios o reembolso das suas despesas no mais curto espaço de tempo, celeridade tanto maior se for privilegiada a submissão de despesas através do Portal e não em papel.

3.5. Departamento de Faturação e Convencionados

A atividade principal do Departamento de Faturação e Convencionados (DFC) consiste em analisar e processar as faturas remetidas pelas entidades de saúde, referentes aos serviços prestados aos Sócios e beneficiários.

A atividade desenvolvida abrange a receção das faturas remetidas pelas entidades de saúde, a sua conferência face aos acordos estabelecidos, e a verificação da razoabilidade e adequabilidade dos valores faturados, atuando em forte ligação com as entidades para a resolução de incidências.

O DFC é assessorado pelo Conselho Clínico, composto por sete médicos, de diversas especialidades, e uma enfermeira de Bloco Operatório.

No decurso de 2021, o DFC conferiu em média cerca de 22 mil faturas por mês (o que compara com 17,5 mil faturas por mês em 2020).

3.6. Departamento Jurídico e de Contencioso Laboral

3.6.1 Apoio jurídico aos sócios

- Aconselhamento e informação

  O Departamento Jurídico e de Contencioso Laboral (DJUCL) garante o aconselhamento e informação diária dos Sócios, por via de reuniões presenciais, vídeo conferência, atendimento telefónico e correio eletrónico.

- Contencioso laboral

  No âmbito dos processos disciplinares e judiciais (sendo certo que com a COVID-19 também se realizaram diligências por vídeo conferências) ocorreram diversas deslocações de acompanhamento e intervenção em processos disciplinares e judiciais, nomeadamente Aveiro, Braga, Coimbra, Lisboa, Portalegre e Porto, em múltiplas sessões e diligências.

  Foram também acompanhados os procedimentos de despedimento coletivo no BCP, Banco Santander Totta e Banco Rothschild, bem como procedimentos de extinção de posto de trabalho e de despedimento por inadaptação, no Haitong Bank e numa CCAM.

  Processos disciplinares (inclui instaurados, pendentes e findos):

  SNQTB – 20

  SIB – 1

  Ações judiciais (inclui instauradas, pendentes e findas):

  SNQTB – 48 (sendo uma de impugnação de despedimento coletivo)

  SIB – 1 (de despedimento coletivo)

  Despedimentos coletivos:

  Acompanhamento dos processos de impugnação de despedimento coletivo do Novo Banco e Parvalorem.

  Instauração de providências cautelares nos despedimentos coletivos do Banco Santander (5) e BCP (1).

  Outros processos judiciais:

  Impugnação de despedimentos individuais e sanções disciplinares, assédio sexual, cálculo de pensão de reforma, conjugação da pensão de reforma do ACT com a do Regime Geral de Segurança Social, viatura automóvel, cartão de crédito, créditos laborais e acidentes de trabalho. Referência, ainda, para a intervenção do SNQTB na ação judicial relativa ao prémio de antiguidade que continua a decorrer.

3.6.2 Questões jurídico-laborais gerais

Sem que se elenquem exaustivamente, foram acompanhadas e merecedoras de intervenção pelo DJUCL questões que se colocaram quanto a grupos/generalidade de trabalhadores, tais como:

- Processos de "RMAs" e reformas antecipadas (Novo Banco, BCP, BST, Banco BPI e Montepio Geral);
- Processo de encerramento do BMO Portugal;
- Protocolos de manutenção do SAMS/QUADROS (Banco Montepio, Parvalorem, Haitong Bank);
- Avaliação de normativos internos dos Bancos;
- Direitos e deveres dos trabalhadores no que respeita à aplicação da legislação relativa à COVID-19;
- Prestação de trabalho em regime de teletrabalho;
- Assistência à família durante o estado de emergência/calamidade;
- Pensões de reforma e de sobrevivência;

- Encerramento de agências e outras unidades orgânicas;
- Transferências de local de trabalho;
- Exercício de funções;
- Retribuição, componentes retributivas ou créditos salariais;
- Direitos da parentalidade;
- Ausências por doença;
- Acidentes de trabalho;
- Crédito à habitação.

O DJUCL interveio ainda em webinares com sócios, sobre diversos temas.

3.6.3 Apoio jurídico à Direção do SNQTB

Negociação coletiva

Acompanhamento e intervenção nas negociações no âmbito das seguintes convenções coletivas de trabalho: ACT do Setor Bancário (que abrange, entre outros, o Banco Santander Totta, o Novo Banco e o Banco BPI), BCP, Montepio Geral, Crédito Agrícola, Montepio Crédito e Montepio Valor, BNP Paribas, Square, Parvalorem e Imofundos, Oitante e 321 Crédito, com preparação de propostas, análise de contrapropostas e intervenção em reuniões negociais. Foi ainda assegurada a publicação no Boletim de Trabalho e Emprego.

Processos de reestruturação (RMA, reformas e pré-reformas)

Intervenção em reuniões e nas comissões de acompanhamento de processos de reestruturação, designadamente do Banco Santander e BCP, com análise de propostas, elaboração de contrapropostas, negociação e análise de documentação.

Comunicados

Participação na elaboração de 32 comunicados do SNQTB e 18 comunicados conjuntos (com outros sindicatos bancários).

Apoio jurídico interno

Emissão de informações solicitados por vários departamentos, como seja o DFT, Departamento de Acordos, DEO e Departamento de Qualidade.

Emissão de pareceres solicitados pelo Departamento de Qualidade ou pelo DEO relativos a pedidos de sócios sobre várias matérias como: direito à assistência a familiares (netos, sobrinhos, filhos maiores), integração de companheiros, alteração de agregados familiares, assistência de filhos no estrangeiro, validade de atestados médicos de incapacidade ou legitimidade de pedidos de comparticipação de despesas (tendo em conta os prazos determinados no Regulamento do SAMS Quadros).

3.6.4 Contribuição para políticas públicas

O Sindicato e a USI quanto a esta matéria, inclusivamente em Direito a constituir, apresentou contributos relativamente às seguintes propostas e projetos de lei apresentadas pelo Governo e Grupos Parlamentares e respetivos temas de natureza laboral e previdencial:

- Contributo ao projeto de lei 650/XIV/2.ª (BE) no qual se pretendia reforçar o direito de oposição do trabalhador à transmissão da posição do empregador no seu contrato de trabalho;
- Contributo ao projeto de lei 767/XIV/2.ª (Deputada Não Inscrita – NINSC), que versava sobre luto por perda gestacional;
- Contributo ao projeto de lei 611/XIV/2.ª (PEV), que visava repor a duração de 90 dias para o período experimental para trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração;
- Contributo ao projeto de lei 887/XIV/2.ª (PAN), que visava alterar o regime do despedimento coletivo, nomeadamente a presunção de aceitação do despedimento coletivo em virtude da aceitação, pelo trabalhador, da respetiva compensação;
- Contributo ao projeto de lei 829/XIV/2.ª (PCP), que visava a revisão do regime de reparação dos acidentes de trabalho;
- Contributo ao projeto de lei 825/XIV/2.ª (PCP), que visava alterar o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revogar o despedimento por inadaptação;
- Contributo ao projeto de lei 830/XIV/2.ª (PCP), que visava a promoção da participação dos trabalhadores em matéria de saúde e segurança no trabalho, procedendo a propostas de alteração à Lei 102/2009, de 10 de setembro;
- Contributo ao projeto de lei 831/XIV/2.ª (PCP), que visava o recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa, atribuídas aos sinistrados do trabalho;
- Contributo ao projeto de lei 714/XIV/2.ª (PEV), que visava a alteração dos montantes e dos critérios de cálculo nas compensações em caso de cessação do contrato de trabalho e despedimento;
- Contributo ao projeto de lei 720/XIV/2.ª (BE), que visava reforçar as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica no âmbito dos direitos laborais, da segurança social e da habitação;
- Contributo ao projeto de lei 797/XIV/2.ª (CDS), que visava consagrar o direito ao desligamento (desconexão) dos trabalhadores;
- Contributo ao projeto de lei 806/XIV/2.ª (PEV), que visava alterar o Código do Trabalho (CT) com vista a aperfeiçoar a regulação do teletrabalho;
- Contributo ao projeto de lei 808/XIV/2.ª (PS), que visava aprofundar a regulação do teletrabalho;
- Contributo ao projeto de lei 811/XIV/2.ª (PAN), que visava, também, aprofundar o regime jurídico do teletrabalho;
- Contributo ao projeto de lei 812/XIV/2.ª (PSD), que visava a alteração do regime jurídico-laboral do teletrabalho;
- Contributo ao projeto de lei 692/XIV/2.ª (PAN), que visava a revogação da presunção de aceitação de despedimento coletivo em virtude da aceitação da compensação paga pelo empregador;
- Contributo ao projeto de lei 704/XIV/2.ª (BE), que visava revogar a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador;

- Contributo ao projeto de lei 745/XIV/2.ª (BE), que visava alterar o regime jurídico do teletrabalho, garantindo maior proteção ao trabalhador;
- Contributo ao projeto de lei 926/XIV/2.ª (PAN), que visava a alteração do regime de faltas por motivo de luto;
- Contributo ao projeto de lei 927/XIV/2.ª (BE), que visava a alteração do regime de faltas por motivo de luto;
- Contributo ao projeto de lei 938/XIV/2.ª (PCP), que visava a alteração do regime do despedimento coletivo, do despedimento por extinção do posto de trabalho e a revogação do despedimento por inadaptação;
- Contributo ao projeto de lei 939/XIV/3.ª (PCP), que visava a redução para 35 horas semanais como limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores;
- Contributo ao projeto de lei 940/XIV/3.ª (PCP), que visava reforçar os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos;
- Contributo ao projeto de lei 948/XIV/3.ª (BE) que visava alterações ao regime da parentalidade;
- Contributo ao projeto de lei 941/XIV/3.ª (PCP) que visava a reposição do princípio do tratamento mais favorável, a eliminação da caducidade da contratação coletiva, bem como regular a sucessão das convenções coletivas de trabalho;
- Contributo ao projeto de lei 949/XIV/3.ª (NINSC) que visava a alteração do regime de faltas por motivo de luto.

Assim, conforme resulta do acima exposto, ocorreu intervenção e apresentação de contributos relativamente a 26 propostas e projetos de natureza laboral e previdencial.

De salientar ainda a elaboração de parecer da USI sobre a proposta de orçamento regional da Região Autónoma da Madeira para 2022 e parecer sobre documento da CEC relativo a plataformas digitais de trabalho.

3.6.5 Fundos de Pensões

Intervenção e análise de documentação relativa a comissões de acompanhamento de Fundos de Pensões, nas quais o SNQTB se encontra representado, designadamente, Banco BPI, BCP, Novo Banco, Banco Montepio, Banco de Portugal, Haitong Bank, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Unicre, Barclays Bank, SIBS, Credibom e Banco Carregosa.

3.7. Departamento de REI, Acordos e Orçamentos

Acordos

O Departamento de REI, Acordos e Orçamentos tem a seu cargo a gestão de 3045 acordos ativos a nível nacional, dos quais 271 entidades incluídas na Rede Escolha Informada (REI).

Tendo em consideração o crescendo da atividade dos fornecedores de saúde, em 2021 foram firmados 67 novos acordos e efetuadas inclusões / renegociações contratuais, no âmbito de diversas valências e em várias entidades, num total de 573 atos.

Orçamentos

A área de Orçamentos tem um papel fundamental no esclarecimento aos sócios para que os mesmos possam fazer uma escolha informada, tendo por base a proposta cirúrgica/terapêutica e as entidades convencionadas com o SAMS Quadros.

Os pedidos de Termos de Responsabilidade são obrigatoriamente acompanhados pela respetiva estimativa de custo, à qual o serviço de orçamentos realiza uma análise de alternativas com uma adequada relação de custo e retorno terapêutico e informa o sócio da previsão de comparticipação para o caso em apreço.

No decurso de 2021 foram emitidas cerca de 3.360 previsões de comparticipação.

Gabinete de Apoio ao Oncológico, Crónico e Degenerativo (GAD)

O GAD é uma estrutura de aconselhamento e apoio aos beneficiários diagnosticados com doenças crónicas graves, degenerativas e oncológicas, que tem consolidado o seu papel através da informação e facilitação/agilização dos processos inerentes ao diagnóstico, tratamento e controlo destas doenças, na relação com o SAMS Quadros e com as entidades prestadoras de cuidados de saúde.

Compete ao GAD, no âmbito do acompanhamento que faz aos beneficiários, prestar informações/esclarecimentos/orientações de carácter geral, via telefone, e-mail ou atendimento presencial, sobre: procedimentos, regras e perímetro de comparticipação do SAMS Quadros, pré-autorizações, orçamentos, 2ª opinião médica, cuidados continuados e cuidados paliativos, apoio domiciliário, psicologia e psicoterapia, direitos e benefícios, entre outros.

No âmbito do acompanhamento do GAD aos sócios/beneficiários com doença oncológica, é feito o registo e análise dos pedidos de previsão de comparticipação/pré-autorização para tratamentos (tendo sido mais de 500, só em 2021), com vista à informação sobre as entidades com condições mais favoráveis, que melhor correspondam às necessidades especificas e expectativas dos beneficiários, numa ótica de georreferenciação e respeito pelo princípio da liberdade de escolha. Em simultâneo, o acompanhamento do GAD pressupõe o apoio emocional/psicológico destes beneficiários e seus familiares, através do encorajamento e suporte da expressão emocional e promoção da adaptação à doença.

Faz igualmente parte da atividade do GAD a análise detalhada dos consumos e do dashboard em oncologia, com foco na evolução da despesa do SAMS Quadros, comparação entre entidades hospitalares e outros subsistemas de saúde, com vista à elaboração e apresentação das propostas que se mostrem relevantes para uma melhor sustentabilidade do SAMS Quadros, em resposta ao progressivo aumento do nº de beneficiários em tratamento e despesa no âmbito da oncologia.

3.8. Departamento de Instalações, Aprovisionamento e Comunicações

O Departamento de Instalações, Aprovisionamentos e Comunicações (DIAC) tem como finalidade a gestão do património imobiliário próprio e arrendado, designadamente a monitorização do estado geral dos imóveis sob sua responsabilidade, realização de ações de manutenção, reparação, beneficiação, supervisão de obras/intervenções realizadas em imóveis e equipamentos, e assegurar a gestão da limpeza e higienização das mesmas; elaboração de planos de intervenção preventiva e corretiva, promoção de avaliações por entidades credenciadas, tudo tendo em vista a valorização do património próprio e a

otimização dos imóveis sob exploração própria e rendibilização dos ativos imobiliários sob contratos de arrendamento.

É também missão do DIAC gerir todo o processo de logística (compras de materiais, produtos e serviços e distribuição), gerir os serviços de comunicações móveis (voz e dados) e de segurança física e eletrónica das instalações em exploração, necessários ao bom e normal funcionamento da entidade e ao bem-estar e segurança de trabalhadores e visitantes.

Em 2021 a atividade do DIAC continuou especialmente orientada para a adaptação rigorosa e atempada de todas as instalações, limpeza e higienização das mesmas à realidade decorrente da pandemia pela COVID-19, em conformidade às Normas e Recomendações emanadas pela DGS, tanto para trabalho presencial como para teletrabalho, dotando neste caso os trabalhadores dos adequados meios de comunicações.

Relativamente ao valioso património imobiliário que se encontra sob contrato de arrendamento, manteve-se a política de acompanhamento próximo e rigoroso do mesmo, tanto no que respeita aos direitos emergentes dos contratos celebrados, como do estado de conservação dos imóveis, assegurando-se assim a defesa dos interesses do SNQTB.

3.9. Departamento de Sistemas de Informação

O Departamento de Sistemas de Informação garante a infraestrutura informática do SNQTB, suportando os processos operativos do negócio e disponibilizando as ferramentas informáticas necessárias para a sua concretização.

Dentro do que foi a sua atividade durante o ano de 2021, levou a cabo os seguintes objetivos:

- alinhado com as necessidades das áreas de negócio, avaliou e procurou novas soluções para aumentar a produtividade da empresa, melhorando os processos operativos,
- trabalhou de modo a garantir a segurança da informação, levando a cabo auditorias e implementação de software de controlo de vulnerabilidades e defesa contra ciberataques,
- selecionou e trabalhou em conjunto com os parceiros na área de desenvolvimento e programação para implementação de novas soluções técnicas,
- garantiu, diariamente, o bom funcionamento da infraestrutura, tendo sempre em vista a identificação de melhores e mais atualizadas soluções para reduzir o risco de obsolescência dos sistemas,
- diariamente, deu suporte a todos os trabalhadores do SNQTB, no âmbito de dúvidas operativas, acessos, o acompanhamento dos processos batch, e a resolução de eventuais problemas de performance.

Neste contexto ficam alguns números sobre esta atividade do ano:

- Suporte geral – 1.677 pedidos analisados e resolvidos,
- Extração de Dados – 139 solicitações de dados (fora do âmbito da *Business Intelligence*)
- Divulgações – 324 divulgações enviadas aos sócios

Desenvolvimentos e projetos

Transformação Digital

O ano de 2021, à semelhança do anterior, exigiu da parte das áreas de tecnologia grandes esforços, no sentido de continuar as adaptações necessárias às novas exigências de trabalho. A evolução digital foi uma realidade, sempre com o objetivo de facilitar a relação com os nossos sócios e de melhorar os tempos de resposta às solicitações que nos são colocadas diariamente.

Realçamos aqui o processo de desmaterialização da apresentação de despesas por reembolso, o qual veio facilitar a entrega de pedidos, utilizando a APP ou o Portal de Sócio, (a plataforma está disponível 24 horas por dia), bem como possibilitar uma maior rapidez no pagamento aos sócios.

Outra das funcionalidades em destaque é a possibilidade de autenticação na APP com dados biométricos, aumentando a facilidade e segurança no acesso a este sistema.

Ainda, na linha da simplificação, disponibilizámos a facilidade de atualização de dados básicos no Portal, com dupla validação através de código enviado para o telemóvel.

Complementaridade de despesas - Sócios Banco de Portugal

Implementámos, com o Banco de Portugal, um processo integrado para envio das despesas apresentadas e que são posteriormente complementadas pelo Banco de Portugal. Ficou facilitado o processo e assim os sócios já não se preocupam com a reapresentação das despesas junto da entidade.

Self-service de declaração de complementaridade – faturação / encontro de contas e Self-service de declaração de complementaridade - despesas reembolsos

Disponibilizámos no portal a possibilidade de obtenção das declarações de complementaridade para apresentação noutros subsistemas, sem necessidade de contactar os serviços.

Intranet

Implementámos a plataforma de intranet interna que permite divulgar conteúdos internos, nomeadamente circulares, ordens de serviço e instruções de utilização de sistemas.

Faturação eletrónica

Demos início ao levantamento de requisitos e pesquisa de mercado de soluções EDI, certificadas, para processamento da faturação com prestadores, sempre com o objetivo de integrar e agilizar processos.

Infraestruturas

Equipas em teletrabalho - Atribuição de portáteis

Foram disponibilizados equipamentos portáteis e telemóveis a todos os trabalhadores para garantir as condições de teletrabalho, assegurando a continuidade dos serviços e o apoio aos sócios, mesmo em situações de eventual confinamento.

Atendimento telefónico

A partir da informação disponibilizada semanalmente sobre chamadas atendidas/ abandonadas, os serviços passaram a ter uma noção concreta da situação do atendimento telefónico e reagiram, melhorando a sua performance, o que permitiu reduzir a taxa de abandono de chamadas de 32% em janeiro para valores de 6% no final do ano.

Auditorias de segurança

Realizámos, com recurso a empresas especializadas, auditorias aos sistemas informáticos, para identificar e/ou garantir a inexistência de vulnerabilidades críticas que possam colocar em causa a segurança. Todos os acessos a partir do exterior são realizados através de VPN encriptada.

Datacenter – Renovação e atualização

Dada alguma obsolescência que caracterizava toda a infraestrutura do nosso sistema, efetuámos um estudo rigoroso de todas as componentes, hardware e software, da instalação atual, tendo sido avaliadas várias soluções existentes no mercado, resultando na apresentação de uma proposta de renovação global do *datacenter* do SNQTB.

Com este projeto, garantimos a instalação de equipamentos de nova geração e software com as versões mais atuais que existem no mercado. Há ainda a preocupação de melhorar os sistemas de backup e de controlo e reforço dos mecanismos de segurança, garantindo simultaneamente o controlo dos dados armazenados.

Infraestrutura de comunicações e segurança – Renovação e atualização

A par da renovação do *datacenter* do SNQTB, foi desenhada uma melhoria nas infraestruturas de comunicações e segurança de toda a organização. Pretende-se dotar todas as instalações do SNQTB com comunicações redundantes e com soluções de segurança integradas e uniformes. Após consulta do mercado, seleção e aprovação de proposta, esta reengenharia encontra-se em fase de implementação.

Renegociação de Contratos

Ao longo do ano e, sempre que houve lugar a renovação de contratos, tentámos sempre evoluir para condições mais vantajosas e ajustadas às atuais necessidades do SNQTB, conseguindo obter poupanças ao mesmo tempo que melhorámos níveis de serviço.

3.10. Departamento da Negociação Coletiva

O SNQTB tem constituída desde maio de 2018 uma equipa permanente dedicada à negociação coletiva dos diversos Instrumentos de Regulação de Contratação Coletiva de que é outorgante.

Esses acordos podem ser divididos, conforme mapa abaixo:

AC's em vigor (5): GNIC, BCP, CEMG, Fenacam e Parvalorem/Imofundos.
AE's em vigor (8): Eurobic, BNP Paribas, CGD, Banco de Portugal, 321 Crédito, Oitante, RightSquare e Rotschild.
Acordos de Adesão (4): Banco Sabadell, Montepio Investimento, CaixaBank e Bsource.

No caso dos Acordos Coletivos (AC's), o Grupo Negociador das Instituições de Crédito (GNIC) abrange dezoito Instituições Financeiras, nomeadamente:

- BNP Paribas Sucursal em Portugal;
- BNP Paribas Lease Group Sucursal em Portugal;
- Banco Santander Totta, SA;
- Banco BPI, SA;
- BPI Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA;
- Caixabank, S.A. (Sucursal em Portugal);
- Novo Banco, SA;
- GNB Fundos Mobiliários Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA;
- GNB Real Estate Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA;
- Novo Banco dos Açores, SA;
- Haitong Bank, SA;
- Haitong Capital Sociedade de Capital de Risco, SA;
- Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), SA;
- Ibvsource Prestação de Serviços Informáticos, ACE;
- Banco do Brasil AG Sucursal em Portugal;
- Banco CREDIBOM, SA;
- Bankinter, SA Sucursal em Portugal;
- ABanca Corporación Bancaria, SA Sucursal em Portugal.

Ao longo de 2021, foram publicados no Boletim de Trabalho e Emprego os seguintes acordos:

- Acordo de empresa entre a Oitante, SA e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Alteração salarial e outras e texto consolidado (BTE Nº 48 de 29/12/2021)
- Acordo de empresa entre a 321 Crédito Instituição Financeira de Crédito, SA e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Alteração salarial e outras (BTE Nº 35 de 22/09/2021)
- Acordo coletivo entre a Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA e outras e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Alteração salarial e outras (BTE Nº 13 de 08/04/2021)

- Acordo de empresa entre a Oitante, SA e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Alteração salarial e outras (BTE Nº 11 de 22/03/2021)
- Acordo coletivo entre várias instituições de crédito e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Alteração e texto consolidado (BTE Nº 9 de 08/03/2021)
- Acordo coletivo entre a Parvalorem, SA e Imofundos e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Revisão global (BTE Nº 5 de 08/02/2021)

Durante o ano de 2021, o SNQTB apresentou propostas de revisão dos seguintes Acordos Coletivos de Trabalho: GNIC, com seis reuniões e Grupo Montepio, com duas reuniões realizadas.

Prosseguiram as negociações relativas ao Grupo BCP, com oito reuniões e Fenacam, com seis reuniões realizadas.

Relativamente aos Acordos de Empresa, o SNQTB apresentou propostas de revisão com as seguintes instituições financeiras: BNP Paribas realizando doze reuniões, Oitante, SA, realizando duas reuniões e RightSquare, SGPS, com a realização de uma reunião.

Prosseguiram as negociações relativas ao Grupo BCP e Fenacam.

Relativamente aos Acordos de Empresa, o SNQTB apresentou propostas de revisão com as seguintes instituições financeiras: BNP Paribas, Oitante, SA e RightSquare, SGPS.

3.11. REPER – Comissão de Acompanhamento de Fundos de Pensões

Na sequência da aprovação, em sessão plenária da Assembleia da República, do regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, foi constituída no final de 2020 a Representação Permanente (REPER) do SNQTB para as Comissões de Acompanhamento dos Fundos de Pensões Bancários.

Com efeito, a Lei nº 27/2020, de 23 de julho, que entrou em vigor a 1 de agosto, reforçou, entre outros, os deveres informativos prestados aos participantes e beneficiários, por parte das sociedades gestoras desses mesmos fundos de pensões. Corrigiu-se um erro histórico, contra o qual o SNQTB muito batalhou nos últimos anos, repondo a obrigatoriedade de participação de um representante de cada um dos dois sindicatos mais representativos do setor de atividade, para além de um representante da comissão de trabalhadores, nas Comissões de Acompanhamento dos Fundos de Pensões (CAFP). A anterior versão da lei tinha feito tábua rasa do papel dos sindicatos outorgantes das convenções coletivas que, amiúde, tinham estabelecido os fundos de pensões como mecanismos constitutivos, substitutivos ou complementares do sistema público, das reformas dos trabalhadores.

É entendimento do SNQTB que a intervenção dos sindicatos, com este novo enquadramento legal, é importante e contribui para uma melhor gestão dos fundos de pensões e consequente capacidade de pagamento das reformas dos bancários.

Com efeito, os representantes dos trabalhadores são fundamentais para assegurar o efetivo acompanhamento, com o intuito de monitorizar a política de investimentos e a adequação dos mesmos e do seu perfil de risco, com o objetivo de pagar reformas, prevenir conflitos de interesse, e de prestar informação aos participantes e beneficiários.

Outro aspeto relevante da participação do SNQTB nas Comissões de Acompanhamento é, precisamente, a capacidade que nos proporciona de melhorar significativamente a comunicação e esclarecimento aos participantes e beneficiários sobre a situação de cada um dos fundos de pensões.

São acompanhados 16 Fundos de Pensões de benefício definido (mais um de contribuição definida, do Banco de Portugal) com diferentes dimensões e graus de complexidade, tendo sido excluídos da lista inicial os Fundos de Pensões que por terem menos de 100 participantes não obrigam à existência de Comissões de Acompanhamento.

No decurso de 2021, realizaram-se 13 reuniões das CAFP, a maioria para apreciar o relatório e contas de 2020, tendo sido elaborados e publicados no site do SNQTB os respetivos Comunicados.

De salientar, ainda, a importante reunião realizada em novembro com a ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) atendendo a que se verificam, com regularidade, atrasos da ASF na publicação das alterações aos contratos constitutivos dos Fundos de Pensões, por força das recentes alterações legislativas, o que dificulta a atividade de seguimento e controlo desta situação. Foram ainda abordados outros aspetos de índole mais técnica, como a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, entre outros.

3.12. Departamento de Representação Institucional Interna e Externa

Este Departamento tem como missão representar o SNQTB nas diversas organizações onde é membro de pleno direito, junto do Ministério do Trabalho e Segurança Social, junto dos Grupos Parlamentares e dos diversos Bancos onde tem associados.

3.12.1 Representação institucional interna

O SNQTB, no decurso dos processos de reestruturação encetados pelos Bancos Santander e Millennium bcp, realizou reuniões com a Ministra do Trabalho e Segurança Social e com os Grupos Parlamentares do PS, PSD, Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e CDS Partido Popular.

Nessas reuniões, defendeu com intransigência os direitos dos seus associados, apresentando um conjunto de motivos, pressupostos e alternativas que evitariam o desfecho que se conhece, com a saída de mais de 2300 trabalhadores nestes dois Bancos.

Participou ainda, no dia 29 de julho de 2021, no âmbito da 10ª Comissão de Trabalho e Segurança Social, numa audição aos Presidentes do Banco Santander e Banco Millennium bcp, onde demonstrou com clareza que os processos em curso eram injustificados e representavam uma injustiça para milhares de trabalhadores envolvidos.

No âmbito deste Departamento, foram ainda criadas Comissões de Acompanhamento dos Processos de Reestruturação junto do Banco Santander e do Millennium bcp.

Estas comissões de acompanhamento, foram constituídas para permitir analisar em detalhe as situações concretas dos associados que recorreram ao SNQTB. Foram analisadas alternativas às rescisões por mútuo acordo, permitindo que dezenas de associados obtivessem soluções mais adequadas à sua situação pessoal, profissional e financeira. Várias soluções foram apontadas pelo SNQTB para responderem à vontade e expetativas dos associados.

CES Madeira

Enquanto membros da Comissão Permanente do Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira, participámos na análise do PIDDAR, enviámos sugestões no âmbito da solicitação da Presidência Francesa da União Europeia, designado "The benefits of the outermost regions for the Union" e temos respondido, sempre que solicitado, a pareceres no âmbito do regular funcionamento da Comissão.

Somos ainda participantes, nos grupos de trabalho constituídos para Acompanhamento do Emprego e Acompanhamento das Necessidades de Apoio social.

Por último, participámos no plenário do CES da Região Autónoma da Madeira, realizado no passado dia 7 de dezembro de 2021.

3.12.2 Representação institucional externa

O SNQTB é associado da CEC, da FECEC e, conjuntamente com a ACCAM, constituiu, em outubro de 2021, a FISBANCA, a primeira Federação de Sindicatos Bancários Independentes da Península Ibérica.

- **CEC EUROPEAN MANAGERS**

  É, desde 2009, um dos seis parceiros sociais reconhecidos na Europa. Reúne mais de um milhão de quadros europeus. Somos associados desde 2003.

  Temos participado nas diversas iniciativas promovidas pela CEC, das quais destacamos os grupos de trabalho sobre a Digitalização e Inteligência Artificial, a Igualdade de Género e Diversidade e a Liderança Sustentável, lançados na Assembleia Geral de 17 de novembro de 2021 e que estão a iniciar os trabalhos neste primeiro trimestre de 2022.

  Participámos em duas importantes cimeiras europeias: *Tripartite Social Summit* e *Sustainable Leaders Summit*, ambas realizadas em novembro de 2021.

  O que tem sido comum nos nossos propósitos é aproximar o SNQTB dos temas que estão em discussão na Europa no âmbito da Agenda 2030 da Comissão Europeia, promovendo e introduzindo as preocupações que os nossos associados nos têm transmitido.

  Temos também enviado os nossos contributos quando a Comissão Europeia apresenta aos parceiros sociais documentos em temáticas relativas a questões laborais.

- **FECEC FEDERAÇÃO EUROPEIA DE QUADROS BANCÁRIOS**

  Fundada em 1989. É exclusivamente constituída por Quadros Bancários e é a principal organização europeia do setor bancário.

  Temos participado, conjuntamente com as restantes Federações e Sindicatos do setor, em vários grupos de trabalho que abordam os temas da Formação e Requalificação dos trabalhadores bancários, o impacto da digitalização no setor e no emprego bancário e os impactos da Pandemia COVID-19 no setor bancário.

  No âmbito do Grupo *Finance Watch*, participamos nos projetos *Finance Green* e *Sustainable Leadership*, áreas em que os bancos portugueses têm cada vez mais preocupações e iniciativas.

- **FISBANCA**

  Foi constituída nos dias 21 e 26 de outubro de 2021, em cerimónias oficiais realizadas em Madrid e Lisboa, respetivamente. São membros efetivos o SNQTB e a ACCAM.

  Pretende promover iniciativas conjuntas que visam a defesa do emprego bancário e os direitos dos seus trabalhadores, em Portugal e Espanha.

  Estão previstas várias iniciativas conjuntas durante o ano de 2022.

4. PRINCIPAIS RISCOS PARA 2022

Os principais riscos para a execução orçamental de 2022 estão contidos numa tríade de efeitos potencialmente derivados da situação pandémica, da alta inflacionista nos mercados de fatores e matérias-primas e nas dinâmicas de mercado e da concorrência na prestação dos cuidados de saúde.

É unânime que a pandemia covid provocou um adiamento de consultas e diagnósticos. Uma parte dos atos médicos adiados traduzir-se-ão em diagnósticos ou tratamentos tardios, com impactos ao nível de custos de saúde e de acréscimo de morbilidades. Por outro lado, outros de carácter não essencial foram meramente adiados, sendo de esperar que no corrente ano se traduzam num acréscimo de custos derivados desta procura diferida no tempo.

Existe ainda incerteza associada ao carácter do futuro imediato da Covid, onde forças centrífugas e centrípetas oscilam entre um renovar da pandemia (como está a acontecer na China Continental e Hong Kong) ou um carácter endémico, com potenciais impactos no SNS e nos subsistemas de saúde privados ou mutualistas.

O desajustamento entre a nova procura mundial (mais orientada para bens e menos para serviços) e as capacidades produtivas instaladas, primeiramente; o escalar das pressões inflacionistas na energia, derivada da guerra na Europa, trouxeram uma realidade inflacionista, com potenciais impactos nos mercados de fatores e nos custos de saúde, atualmente.

Finalmente, as dinâmicas concorrenciais no mercado de saúde privado em Portugal poderão levar ainda a riscos acrescidos em termos de concentração, poder de mercado e níveis de preços praticados.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no Art.º 55 dos Estatutos, a Direção propõe a este Conselho Geral a seguinte distribuição:

Reserva legal	655 949,03
Reserva especial de greve	655 949,03
Resultados transitados	5 247 592,23
	6 559 490,29

NOTAS ÀS CONTAS

BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5 005 419,94	5 330 196,89
Propriedades de investimento	6	23 648 722,00	23 648 722,00
Ativos intangíveis	7	765 078,43	834 001,84
Investimentos financeiros (método de equivalência patrimonial)	8	635 431,02	541 735,88
Outros investimentos financeiros	9	434 853,23	445 009,50
Outros créditos a receber	13	225 000,00	675 000,00
		30 714 504,62	**31 474 666,11**
Ativo corrente			
Clientes	10	2 058 434,33	1 495 235,89
Sócios - SAMS		1 585 114,47	1 378 397,00
Sócios - FCS		23 274,80	32 716,48
Sócios - Sindicato		27 610,42	36 619,01
Outros		422 434,64	47 503,40
Adiantamentos a fornecedores		24 751,47	35 179,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	3 114 713,87	3 209 913,77
Outros créditos a receber	13	5 402 182,65	3 789 485,73
Diferimentos	14	193 959,63	190 771,20
Ativos financeiros detidos para negociação	15	7 106,25	5 464,53
Caixa e depósitos bancários	16	16 829 006,61	8 095 513,95
		27 630 154,81	**16 821 564,45**
Total do ativo		**58 344 659,43**	**48 296 230,56**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	17	30 897 246,92	26 318 539,64
Resultados transitados		1 064 574,30	1 062 538,09
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		-338 002,04	-338 002,04
Resultado líquido do período		6 559 490,29	4 580 743,49
Total dos fundos patrimoniais		**38 183 309,47**	**31 623 819,18**
Passivo corrente			
Fornecedores	18	5 069 177,06	3 849 856,97
Adiantamentos de clientes		2 856,96	2 592,53
Estado e outros entes públicos	11	271 931,58	185 819,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	168 797,09	130 409,38
Diferimentos	14	7 691 346,74	6 766 464,01
Outras dívidas a pagar	19	6 957 240,53	5 737 268,63
		20 161 349,96	**16 672 411,38**
Total do passivo		**20 161 349,96**	**16 672 411,38**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**58 344 659,43**	**48 296 230,56**

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
Contribuições e Quotizações	20	54 770 101,06	54 552 526,50
Contribuições		45 676 368,09	45 546 640,56
SAMS - Entidade Patronal		36 118 662,24	36 072 361,92
SAMS - Sócio		9 557 705,85	9 474 278,64
Quotizações		6 001 292,62	5 984 435,93
Fundo Complementar de Saúde		2 992 570,35	2 918 450,01
Fundo de Apoio Social		2 720,00	
Beneficiários +25 anos		97 150,00	103 000,00
Atividade Sindical	21	-42 265 637,16	-39 616 376,11
Assistência na doença (SAMS)		-38 709 313,98	-36 266 530,97
Comparticipação - Faturação		-20 030 667,90	-19 367 143,87
Comparticipação - Direta		-13 587 991,63	-12 040 077,79
Farmácias		-4 861 664,73	-4 587 821,71
Subsídios		-228 989,72	-271 487,60
Fundo Complementar de Saúde		-3 547 686,97	-3 345 045,14
Direto/Complementar		-3 187 843,97	-2 781 763,14
Subsídios		-359 843,00	-563 282,00
Atividade Sindical - outros		-8 636,21	-4 800,00
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 348 555,33	-2 562 867,12
Gastos com o pessoal	23	-4 091 795,87	-4 215 452,80
Orgãos sociais		-645 825,52	-645 735,65
Pessoal		-3 445 970,35	-3 569 717,15
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	11 865,42	-3 058,28
Outras imparidades (perdas/reversões)		-12 461,68	-30 787,68
Aumentos/reduções de justo valor	25	619,32	-3 350 466,65
Rendim./gastos em subsid., associadas e empr. conjuntos		93 695,14	47 916,53
Outros rendimentos	26	1 370 395,22	669 543,11
Outros gastos	27	-148 743,78	-214 033,13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**7 379 482,34**	**5 276 944,37**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-575 241,80	-606 281,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**6 804 240,54**	**4 670 663,09**
Juros e rendimentos similares obtidos			0,33
Resultado antes de impostos		**6 804 240,54**	**4 670 663,42**
Imposto sobre o rendimento do período	11	-244 750,25	-89 919,93
Resultado líquido do período		**6 559 490,29**	**4 580 743,49**

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

RUBRICAS	Reserva legal	Reserva Especial de Greve	Outras Reservas	Outras variações em fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido período	Total
Posição em 01-01-2020	**2 842 609,94**	**9 985 774,67**	**13 490 155,03**	**-338 002,04**	**2 791 423,80**	**-1 728 885,71**	**27 043 075,69**
Alterações no período							
Aplicação do resultado líquido					-1 728 885,71	1 728 885,71	
Outras alterações							
					-1 728 885,71	**1 728 885,71**	
Resultado líquido do período						**4 580 743,49**	**4 580 743,49**
Resultado extensivo						**6 309 629,20**	**4 580 743,49**
Operações com instituidores no fim do período							
Outras operações							
Posição em 31-12-2020	**2 842 609,94**	**9 985 774,67**	**13 490 155,03**	**-338 002,04**	**1 062 538,09**	**4 580 743,49**	**31 623 819,18**
Alterações no período							
Aplicação do resultado líquido	458 074,35	458 074,35	3 664 594,79			-4 580 743,49	
Outras alterações		-2 036,21			2 036,21		
	458 074,35	**456 038,14**	**3 664 594,79**		**2 036,21**	**-4 580 743,49**	
Resultado líquido do período						**6 559 490,29**	**6 559 490,29**
Resultado extensivo						**1 978 746,80**	**6 559 490,29**
Operações com instituidores no fim do período							
Outras operações							
Posição em 31-12-2021	**3 300 684,29**	**10 441 812,81**	**17 154 749,82**	**-338 002,04**	**1 064 574,30**	**6 559 490,29**	**38 183 309,47**

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de contribuições/quotizações	54 701 185,80	54 323 066,72
Recebimentos de clientes e utentes	7 203 887,22	6 118 785,63
Pagamentos de subsídios	-15 459 778,48	-13 888 190,37
Pagamentos a fornecedores	-34 328 429,95	-37 546 779,71
Pagamentos ao pessoal	-2 358 459,76	-2 420 425,42
Caixa gerada pelas operações	9 758 404,83	6 586 456,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-31 365,93	-80 965,23
Outros recebimentos/pagamentos	-1 035 884,87	-2 006 295,48
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	**8 691 154,03**	**4 499 196,14**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-12 086,98	-12 033,40
Ativos intangíveis	-170 785,50	-204 269,75
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	225 000,00	
Outros ativos		100 000,00
Juros e rendimentos similares		
Dividendos	211,11	108,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	**42 338,63**	**-116 194,21**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	**0,00**	**0,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	8 733 492,66	4 383 001,93
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	8 095 513,95	3 712 512,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16 829 006,61	8 095 513,95

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários ("Sindicato" ou "SNQTB"), com número de identificação fiscal 501.403.736, tem a sua sede na Rua Pinheiro Chagas, nº 6, 1050-177 LISBOA.

O Sindicato foi constituído por escritura pública, publicada no Diário da República de 9 de junho de 1983, tendo iniciado a sua atividade em 1984. Tem como objeto social a representação dos quadros e técnicos bancários, ligados por contrato de trabalho às instituições de crédito ou similares, que exerçam funções específicas da atividade bancária.

O programa SAMS/QUADROS foi aprovado em sede de negociação da revisão da contratação coletiva em julho de 1992, tendo sido publicada a referida revisão no Boletim de Trabalho e Emprego em 22 de agosto de 1992. O início de atividade ocorreu em 1 de janeiro de 1993, de acordo com a contratação e por força do Regulamento do SAMS/QUADROS, entretanto aprovado, sendo que a gestão do SAMS/QUADROS é exercida, por delegação da Direção do Sindicato, por um Conselho Diretivo. Este programa tem como objeto a proteção e assistência dos seus sócios na doença, na maternidade e noutras situações afins de caráter social.

As quantias estão expressas em Euros, exceto quando expressamente indicado de outra forma.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo ("SNC-ESNL"), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Os normativos acima indicados mereceram as consequentes adaptações, em função das necessidades de relato financeiro, específicas, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo SNQTB.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Sindicato.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período comparativo findo em 31 de dezembro de 2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do SNQTB de acordo com o SNC- ESNL.

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, o Sindicato adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;

- A Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que aprovou o Código de Contas;
- A Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprovou os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo ("ESNL");
- O Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF-ESNL").

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto na NCRF-ESNL, as políticas contabilísticas adotadas pelo Sindicato foram as que se seguem:

A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade. São depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

B) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento estão mensuradas ao justo valor, de acordo com as determinações da "NCRF 11 – Propriedades de Investimento", determinado na base de uma valorização anual efetuada por um avaliador independente, refletindo as condições de mercado à data do balanço.

C) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. São amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização e para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	3 anos

D) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As participações financeiras em associadas estão registadas pelo método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais o Sindicato exerce uma influência significativa e que não são nem subsidiárias nem empreendimentos conjuntos. Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada dos investimentos:

- Foi aumentada ou diminuída para reconhecer a parte nos resultados das participadas depois da data da aquisição;
- Foi diminuída pelas distribuições de resultados recebidas;
- Foi aumentada ou diminuída para refletir, por contrapartida de capital próprio, alterações no interesse proporcional do Sindicato nas participadas resultantes de alterações nos capitais próprios destas que não tenham sido reconhecidas nos respetivos resultados.

Na mensuração destes investimentos foram ainda respeitadas as seguintes disposições relativas à aplicação deste método:

- As demonstrações financeiras das participadas já estavam preparadas, ou foram ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as mesmas políticas contabilísticas do Sindicato antes de poderem ser usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial;
- As demonstrações financeiras das participadas usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial reportam-se à mesma data das do Sindicato;
- Os resultados provenientes de transações "ascendentes" e "descendentes" entre o Sindicato e as suas associadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras do investidor somente na medida em que correspondam aos interesses de outros investidores nessas associadas;
- Quando o valor do investimento fica reduzido a zero, as perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo sempre que o Sindicato incorre em obrigações legais ou construtivas. Quando posteriormente as associadas registam lucros, o Sindicato retoma o seu reconhecimento apenas após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

O Sindicato utiliza o modelo do justo valor para valorizar as participações financeiras em entidades cujos títulos são negociados publicamente e que não sejam subsidiárias, associadas nem empreendimentos conjuntos. As variações ocorridas no justo valor destas participações são reconhecidas em resultados.

O Sindicato utiliza o modelo do custo (que inclui custos de transação), líquido de perdas por imparidade, para participações financeiras em:

- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Sindicato;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente instrumentos de capital próprio em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

E) IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGIVEIS, INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Sindicato avalia a imparidade destes ativos no final do ano sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações, tendo em conta o tipo de ativos que o sindicato possui:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Significativa dificuldade financeira do emitente;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de "Outras imparidades (perdas/reversões)".

F) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, o mesmo é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais, prediais e de capitais sujeitos.

O Sindicato não exerce a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que as receitas provenientes da atividade sindical não estão sujeitas a tributação em IRC.

G) ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica inclui outros instrumentos financeiros detidos para negociação e são mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor são reconhecidos nos resultados do período.

Um ativo financeiro está classificado como detido para negociação se for:

- Adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito curto;
- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo;
- Um derivado (exceto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz).

H) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NÃO MENCIONADOS ANTERIORMENTE)

Os outros ativos financeiros não incluídos nas alíneas anteriores podem classificar-se como segue:

- Empréstimos e créditos a receber;
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

No Sindicato estão registados apenas ativos classificados como "Empréstimos e contas a receber".

Incluem-se nesta classificação os seguintes saldos:

- Clientes;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outros créditos a receber.

Estes saldos estão mensurados, aquando do reconhecimento, de acordo com os critérios de mensuração de "Contribuições e quotizações" descritos na alínea L). Subsequentemente são mensuradas ao custo, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Incluem-se igualmente nesta classificação de ativos financeiros os Adiantamentos a fornecedores os quais são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente ao custo, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano, o Sindicato avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro pode estar em imparidade tem em conta dados observáveis que chamem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;

- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)".

No final do exercício estes saldos representam o respetivo valor realizável líquido.

I) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica "caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

J) FUNDOS PATRIMONIAIS

Em "Reservas" temos os seguintes itens:

- Reserva legal
- Reserva especial de greve
- Reserva Fundo Complementar de Saúde
- Reserva para garantia de benefícios
- Reserva Fundação Social Bancária
- Reserva COVID-19

Em "Resultados transitados" estão acumulados os resultados registados em períodos anteriores.

Em "Ajustamentos em ativos financeiros" estão reconhecidos os ajustamentos de MEP referente às entidades onde o Sindicato detém uma participação financeira.

K) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a sua substância contratual, independentemente da forma legal que assumam, e podem classificar-se como segue:

- Passivos financeiros valorizados pelo justo valor através de resultados;
- Empréstimos bancários;
- Dívidas a pagar.

No Sindicato estão registados apenas passivos classificados como "Empréstimos bancários" e "Dívidas a pagar".

Os Empréstimos bancários são valorizados pelo seu custo. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de "Juros e gastos similares suportados", de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

Em dívidas a pagar incluem-se os seguintes saldos:

- Fornecedores;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outras dívidas a pagar.

Estes saldos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, são registados ao custo.

L) CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços e outros réditos são reconhecidos pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

M) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados significativos.

N) JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As estimativas mais relevantes a 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão associadas a:

- Determinação do justo valor;
- Determinação de perdas por imparidade de ativos financeiros e não financeiros.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	Imparidades	Saldo 31-12-2021
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 244 429,61					1 244 429,61
Edifícios e outras construções	5 196 310,33					5 196 310,33
Obras e benfeitorias em edifícios	492 156,51					492 156,51
Equipamento básico	1 764 200,82					1 764 200,82
Equipamento administrativo	2 035 044,45	12 086,98		-71 845,59		1 975 285,84
Outros ativos fixos tangíveis	153 823,23					153 823,23
	10 885 964,95	**12 086,98**		**-71 845,59**		**10 826 206,34**
Depreciações e perdas por imparidade						
Terrenos e recursos naturais	54 070,19					54 070,19
Edifícios e outras construções	1 816 810,80	101 068,75				1 917 879,55
Obras e benfeitorias em edifícios	122 667,40	58 463,56				181 130,96
Equipamento básico	1 596 842,38	84 825,30				1 681 667,68
Equipamento administrativo	1 845 978,55	89 113,95		-70 514,55		1 864 577,95
Outros ativos fixos tangíveis	119 398,74	2 061,33				121 460,07
	5 555 768,06	**335 532,89**		**-70 514,55**		**5 820 786,40**
Valor Líquido	**5 330 196,89**					**5 005 419,94**

	Saldo 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	Imparidades	Saldo 31-12-2020
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 244 429,61					1 244 429,61
Edifícios e outras construções	5 196 310,33					5 196 310,33
Obras e benfeitorias em edifícios	492 156,51					492 156,51
Equipamento básico	1 764 200,82					1 764 200,82
Equipamento administrativo	2 035 101,66	12 033,40		-12 090,61		2 035 044,45
Outros ativos fixos tangíveis	153 823,23					153 823,23
	10 886 022,16	**12 033,40**		**-12 090,61**		**10 885 964,95**

(continua)

(continuação)

	Saldo 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	Imparidades	Saldo 31-12-2021
Depreciações e perdas por imparidade						
Terrenos e recursos naturais	54 070,19					54 070,19
Edifícios e outras construções	1 715 742,05	101 068,75				1 816 810,80
Obras e benfeitorias em edifícios	64 205,34	58 462,06				122 667,40
Equipamento básico	1 479 281,65	117 560,73				1 596 842,38
Equipamento administrativo	1 748 803,15	108 850,98		-11 675,58		1 845 978,55
Outros ativos fixos tangíveis	116 077,84	3 320,90				119 398,74
	5 178 180,22	**389 263,42**		**-11 675,58**		**5 555 768,06**
Valor Líquido	**5 707 841,94**					**5 330 196,89**

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Transferências	Justo Valor (Nota 25)	Saldo 31-12-2021
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	13 287 600,00				13 287 600,00
Libervita Porto Santo	7 307 400,00				7 307 400,00
Libervita Porto - Campanhã	2 405 200,00				2 405 200,00
Loja R. Pedro Nunes, 23-C (letra A)	260 191,00				260 191,00
Loja R. Latino Coelho, 31 (letra B)	388 331,00				388 331,00
	23 648 722,00				**23 648 722,00**

	Saldo 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Transferências	Justo Valor (Nota 25)	Saldo 31-12-2020
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	15 170 000,00			-1 882 400,00	13 287 600,00
Libervita Porto Santo	8 296 000,00			-988 600,00	7 307 400,00
Libervita Porto - Campanhã	2 882 807,00			-477 607,00	2 405 200,00
Loja R. Pedro Nunes, 23-C (letra A)	260 191,00				260 191,00
Loja R. Latino Coelho, 31 (letra B)	388 331,00				388 331,00
	26 997 329,00			**-3 348 607,00**	**23 648 722,00**

Em 2021, não se procedeu à avaliação das propriedades de investimento.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis durante os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31-12-2021
Ativos intangíveis					
Programas de computador	4 336 380,48	170 785,50			4 507 165,98
Propriedade industrial	396 865,46				396 865,46
	4 733 245,94	**170 785,50**			**4 904 031,44**
Amortizações e perdas por imparidade					
Programas de computador	3 862 028,24	231 771,60			4 093 799,84
Propriedade industrial	37 215,86	7 937,31			45 153,17
	3 899 244,10	**239 708,91**			**4 138 953,01**
Valor Líquido	**834 001,84**				**765 078,43**

	Saldo 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31-12-2020
Ativos intangíveis					
Programas de computador	4 132 110,73	204 269,75			4 336 380,48
Propriedade industrial	396 865,46				396 865,46
	4 528 976,19	**204 269,75**			**4 733 245,94**
Amortizações e perdas por imparidade					
Programas de computador	3 652 533,89	209 494,35			3 862 028,24
Propriedade industrial	29 278,55	7 937,31			37 215,86
	3 681 812,44	**217 431,66**			**3 899 244,10**
Valor Líquido	**847 163,75**				**834 001,84**

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o investimento em associadas apresenta os seguintes valores:

	31-12-2021	31-12-2020
Investimentos em associadas		
Ações/Quotas:		
Mediação Independente de Seguros, Ldª	57 732,10	45 922,86
Teorias Rotativas - SGPS, Ldª	577 698,92	495 813,02
Total dos investimentos financeiros em associadas	**635 431,02**	**541 735,88**

Os movimentos ocorridos nos investimentos em associadas ao MEP apresentam o seguinte detalhe:

	MIS	Teorias Rotativas	Total
Saldo a 01.01.2020	**26 444,86**	**467 374,49**	**493 819,35**
Redução de participação			
Aumento de participação			
Outras variações			
Prestações suplementares			
Resultado líquido do período	19 478,00	28 438,53	47 916,53
Saldo a 31.12.2020	**45 922,86**	**495 813,02**	**541 735,88**
Redução de participação			
Aumento de participação			
Outras variações			
Prestações suplementares			
Resultado líquido do período	11 809,24	81 885,90	93 695,14
Saldo a 31.12.2021	**57 732,10**	**577 698,92**	**635 431,02**

Os movimentos acima resultam da aplicação da percentagem de participação do Sindicato aos capitais próprios e resultados do exercício das associadas.

A posição do Ativo, Passivo e Capital Próprio das associadas, a 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

	MIS	Teorias Rotativas
Ativo		
Ativo não corrente	10 500,00	344 661,40
Ativo corrente	57 924,27	239 657,36
Total do Ativo	**68 424,27**	**584 318,76**
Capital Próprio		
Capital	100 000,00	300 000,00
Reservas	19 989,48	200 821,23
Outros instrumentos de capital próprio	31 181,08	
Resultados transitados	-104 783,83	
	46 386,73	**500 821,23**
Resultado líquido do período	11 928,52	82 713,03
Total do Capital Próprio	**58 315,25**	**583 534,26**
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente	10 109,02	784,50
Total do Passivo	**10 109,02**	**784,50**

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Sindicato detinha os seguintes investimentos financeiros:

	31-12-2021	31-12-2020
Investimentos noutras empresas		
Dossier Novo Banco		
Ações:		
B. Internacional Funchal	43 863,41	43 863,41
Banco Espírito Santo	611 503,85	611 503,85
	655 367,26	**655 367,26**
Dossier BPG		
Ações:		
B. Português de Gestão	436 520,00	436 520,00

(continua)

(continuação)

	31-12-2021	31-12-2020
Dossier BANIF		
Ações:		
B. Internacional Funchal	12 274,96	12 274,96
Obrigações:		
Banif 2009-2019	600 000,00	600 000,00
	612 274,96	**612 274,96**
Outros		
Ações:		
SGF - S. Gest. Fundos Pensões	140 918,70	140 918,70
Fundos:		
InovCapital Universitas (F.Capital Risco)	265 312,98	265 312,98
	406 231,68	**406 231,68**
Total dos investimentos noutras empresas	**2 110 393,90**	**2 110 393,90**
Fundo de Compensação do Trabalho	**9 562,51**	**7 257,10**
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 24)		
Participações de capital		
Banco Espírito Santo	-611 503,85	-611 503,85
B. Internacional Funchal	-56 138,37	-56 138,37
B. Português de Gestão	-417 460,96	-404 999,28
Obrigações		
Banif 2009-2019	-600 000,00	-600 000,00
	-1 685 103,18	**-1 672 641,50**
Total dos investimentos financeiros	**434 853,23**	**445 009,50**

A diminuição do valor dos investimentos financeiros resulta, essencialmente, da desvalorização da participação no Banco Português de Gestão.

10. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica apresenta os seguintes valores:

	31-12-2021	31-12-2020
Sócios - Empréstimos SAMS	1 906 687,24	1 706 007,98
Sócios - Empréstimos FCS	35 542,89	45 275,53
Sócios - Empréstimos Turismo	4 947,56	4 947,56
Sócios - Empréstimos Sindicato	36 417,34	50 804,74
	1 983 595,03	**1 807 035,81**
Diversos	410 195,80	46 901,00
Sócios - Contencioso	16 143,48	15 829,57
Sócios - Acerto ATZ'z	16 300,48	13 515,76
Sócios - Cartão SAMS/Utente	7 165,00	1 000,00
	449 804,76	**77 246,33**
	2 433 399,79	**1 884 282,14**
Perdas por imparidades acumuladas (Nota 24)		
Sócios - Empréstimos SAMS	-321 572,77	-327 610,98
Sócios - Empréstimos FCS	-12 268,09	-12 559,05
Sócios - Empréstimos TURISMO	-4 947,56	-4 947,56
Sócios - Empréstimos SINDICATO	-8 806,92	-14 185,73
Utentes - Outros	-27 370,12	-29 742,93
	-374 965,46	**-389 046,25**
	2 058 434,33	**1 495 235,89**

O aumento verificado nesta rubrica resulta essencialmente de:

- dívidas de sócios, justificadas pelo aumento verificado na utilização dos serviços de saúde face a 2020;
- valor a receber da I.T.I. Soc. de Investimentos Turisticos na Ilha da Madeira S.A. (406.480,91), pela exploração do Hotel de Porto Santo. Este valor foi recebido em março de 2022.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica discrimina-se da seguinte forma:

	31-12-2021	31-12-2020
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	66 962,66	31 365,93
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	52 199,48	59 054,53
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	77 894,00	11 014,62
Segurança Social	74 554,90	84 106,00
Outras tributações	320,54	278,78
	271 931,58	**185 819,86**

O valor de IRC a pagar refere-se à tributação relativa à atividade não sindical e que, por isso, não está isenta de tributação em IRC.

O imposto estimado para o período tem a seguinte decomposição:

	31-12-2021	31-12-2020
Resultado antes de impostos	6 804 240,54	4 670 663,42
Matéria coletável	1 165 640,66	428 289,12
Correções à matéria coletável		
	1 165 640,66	428 289,12
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre o rendimento	244 784,54	89 940,72
Dedução - Dupla tributação internacional	-34,29	-20,79
	244 750,25	89 919,93
Taxa efetiva de imposto	**21,00%**	**21,00%**

12. FUNDADORES / BENEMÉRITOS / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica do ativo apresenta os seguintes saldos:

	31-12-2021	31-12-2020
ATIVO		
Contribuições / quotizações / fundo de pensões		
Contribuições	2 591 793,04	2 674 023,64
Quotizações	342 057,13	352 099,89
F.C.S.	169 439,43	172 912,94
Fundo de Pensões	507,10	641,20
Fundo de Apoio Sindical	10,00	
Beneficiários c/ + 25 anos	10 750,00	10 100,00
	3 114 556,70	**3 209 777,67**
Sócios - comparticipações / subsídios		
SAMS - Ensino especial	0,60	0,60
SAMS - Subsídio de Invalidez	21,07	
	21,67	0,60
Utilizadores GALP-Frota		
Valores a receber	14 135,82	14 135,82
Sócios - diversos		
Outros movimentos - a receber	135,50	135,50
Perdas por imparidade acumuladas	-14 135,82	-14 135,82
	3 114 713,87	**3 209 913,77**

Nas sub-rubricas acima encontram-se registados, essencialmente, os valores a receber dos associados referentes às contribuições/quotizações.

Na rubrica do passivo encontram-se registados as comparticipações e subsídios a pagar aos beneficiários:

	31-12-2021	31-12-2020
PASSIVO		
Sócios - comparticipações / subsídios		
Comparticipações SAMS/FCS	132 468,70	91 213,82
SAMS - 3ª Idade	32 639,23	29 035,62
FCS - Subsídio Infantil	3 339,16	8 956,35

(continua)

(continuação)

	31-12-2021	31-12-2020
SAMS - Subsídio de Invalidez		853,59
FCS - Subsídio Cheque Parto	350,00	350,00
	168 797,09	**130 409,38**

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica tem, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a seguinte decomposição:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Pessoal				
Adiantamentos ao pessoal	7 399,90		17 256,31	
Devedores por acréscimos de rendimentos				
Rappel BP	1 814,06		2 584,31	
Libervita Porto Santo	12 500,00			
	14 314,06		2 584,31	
Encontros de contas				
Faturação de Saúde	5 087 292,90		3 705 756,04	
Intermediários				
Turismo	2 642,09		2 642,09	
Sócios - utilização GALP-Frota	16 368,41		16 368,41	
	19 010,50		**19 010,50**	
Diversos				
Golden Actives - SGPS, S.A.	225 000,00	225 000,00		675 000,00
Outros	171 161,99		164 659,90	
	396 161,99	**225 000,00**	**164 659,90**	**675 000,00**
	5 524 179,35	**225 000,00**	**3 909 267,06**	**675 000,00**
Perdas por imparidades acumuladas (Nota 24)				
Devedores diversos	**-121 996,70**		**-119 781,33**	
	5 402 182,65	**225 000,00**	**3 789 485,73**	**675 000,00**

O valor registado em "Faturação de Saúde" diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro, estando em conferência para apuramento do gasto efetivo do Sindicato e correspondente valor de responsabilidade do sócio.

A 31 de dezembro, o gasto a cargo do Sindicato foi estimado, com base na percentagem de comparticipação média do ano (Nota 19).

No ativo encontram-se registados 450.000€, a receber da "Golden Actives – SGPS, S.A.". Este valor resulta da venda de 135.000 ações da "SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.S." e, conforme contrato assinado em 17 de janeiro de 2019, será pago em doze prestações trimestrais e iguais, sem juros, tendo iniciado o pagamento em janeiro de 2021.

A fim de garantir o integral e bom cumprimento, por parte da "Golden Actives – SGPS, S.A.", do pagamento do preço decorrente do contrato de compra e venda de ações, foi constituída uma garantia bancária "on first demand", a favor do Sindicato, no montante acordado para a venda.

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica engloba os seguintes saldos:

	31-12-2021	31-12-2020
Gastos a reconhecer		
Aluguer de instalações	4 719,98	5 000,30
Seguros	71 126,05	68 541,97
Contratos de assistência	104 297,80	109 773,58
Aluguer de equipamento	11 419,82	5 723,03
Outros	2 395,98	1 732,32
	193 959,63	**190 771,20**
Rendimentos a reconhecer		
Contribuições	7 688 312,24	6 763 429,51
Arrendamento de Instalações	3 034,50	3 034,50
	7 691 346,74	**6 766 464,01**

O valor registado em "Rendimentos a reconhecer – Contribuições" refere-se aos valores recebidos de diversos Bancos, relativos aos Protocolos assinados na sequência de processos de rescisão por mútuo acordo, com a possibilidade de os sócios do Sindicato terem SAMS vitalício, tendo os bancos efetuado o pagamento à cabeça do valor correspondente à sua comparticipação.

Este valor respeita essencialmente às comparticipações do Novo Banco e Oitante, sendo o proveito diferido por 31 anos, com base no cálculo efetuado pela entidade empregadora, correspondente ao

somatório das contribuições futuras que o empregador teria de entregar desde a data de cessação do contrato de trabalho até à data do 85º aniversário de nascimento de cada trabalhador elegível.

15. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estão incluídos nesta rubrica os seguintes saldos:

	31-12-2021	31-12-2020
Negociados na Carnegie		
Ações:		
Growth Value	190 000,00	190 000,00
Negociados no Novo Banco 0055-4810-0271		
Papel Comercial:		
Papel Comercial Rio Forte 34ª Em.	500 000,00	500 000,00
Fundos:		
FRC - INQ - Papel Comercial ESI Rio Forte	500,00	500,00
	500 500,00	**500 500,00**
Negociados no Millennium BCP		
Ações:		
Millennium BCP	14,09	12,32
Banco Santander	303,91	265,51
BBVA	2 624,95	2 030,50
Bankinter	2 640,90	2 656,20
Línea Directa Aseguradora	1 022,40	
	6 606,25	**4 964,53**
	697 106,25	**695 464,53**
Perdas por imparidade acumuladas		
Ativos financeiros	-690 000,00	-690 000,00
	7 106,25	**5 464,53**

Em 2018, foi constituído o Fundo de Recuperação de Créditos "FRC – INQ - Papel Comercial ESI e Rio Forte" com o objetivo de adquirir os créditos detidos pelos participantes em virtude da aquisição do Papel

Comercial emitido pela Espírito Santo International, S.A. e pela Rio Forte Investments, S.A., com vista a potenciar a sua recuperação.

Com a adesão a este Fundo, o Sindicato assegurou a recuperação de 50% do capital investido no Papel Comercial Rio Forte 34ª Emissão, pelo que, em 2018, se procedeu à reversão de metade da imparidade existente, no montante de 500.000€.

De acordo com o contrato de adesão ao fundo, em junho de 2018, o sindicato recebeu uma primeira tranche de 300.000€, tendo recebido a segunda tranche, no valor de 100.000€, em junho de 2019. Em junho de 2020, recebeu a terceira e última tranche, igualmente no valor de 100.000€.

16. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" encontrava-se com os seguintes saldos:

	31-12-2021	31-12-2020
Caixa	2 337,96	2 322,79
Depósitos à Ordem	16 810 701,57	8 079 376,77
Conta Cartão	15 967,08	13 814,39
	16 829 006,61	**8 095 513,95**

O crescimento desta rubrica é resultado do aumento verificado nos recebimentos de contribuições/quotizações, bem como, devido ao impacto da pandemia de COVID-19 que ainda se fez sentir em 2021. Com efeito, apesar de se verificar um aumento dos custos com a saúde, não foram atingidos os valores pré-pandemia. Também os custos com o funcionamento geral do Sindicato, à semelhança de 2020, diminuíram.

17. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as variações ocorridas estão relacionadas com os seguintes eventos:

	Saldo 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2021
Reserva legal	2 842 609,94	458 074,35		3 300 684,29
Reserva especial de greve	9 985 774,67	458 074,35	-2 036,21	10 441 812,81
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 910 017,23			1 910 017,23
Reserva para garantia de benefícios	10 880 137,80			10 880 137,80
Fundação Social Bancária	700 000,00			700 000,00
Reserva COVID-19		3 664 594,79		3 664 594,79
	26 318 539,64	**4 580 743,49**	**-2 036,21**	**30 897 246,92**
Resultados transitados	1 062 538,09	2 036,21		1 064 574,30
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	4 580 743,49	6 559 490,29	-4 580 743,49	6 559 490,29
	31 623 819,18	**11 142 269,99**	**-4 582 779,70**	**38 183 309,47**

	Saldo 01-01-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2020
Reserva legal	2 842 609,94			2 842 609,94
Reserva especial de greve	9 985 774,67			9 985 774,67
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 910 017,23			1 910 017,23
Reserva para garantia de benefícios	10 880 137,80			10 880 137,80
Fundação Social Bancária	700 000,00			700 000,00
	26 318 539,64			**26 318 539,64**
Resultados transitados	2 791 423,80		-1 728 885,71	1 062 538,09
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	-1 728 885,71	6 309 629,20		4 580 743,49
	27 043 075,69	**6 309 629,20**	**-1 728 885,71**	**31 623 819,18**

18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica apresenta os seguintes valores:

	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores de saúde	5 010 833,06	3 680 448,03
Fornecedores gerais	58 279,30	168 615,54
Outros	64,70	793,40
	5 069 177,06	**3 849 856,97**

O valor de "Fornecedores de Saúde" diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro. O prazo médio de pagamento a estes fornecedores é de 90 dias.

19. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica discrimina-se como segue:

	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores de investimentos	369 361,20	379 603,58
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	436 815,42	428 738,24
Faturação Saúde	5 322 521,32	4 671 536,98
Outros acréscimos de gastos	3 432,15	6 918,17
	5 762 768,89	**5 107 193,39**
Intermediários		
Fundo de Pensões / Quadros Bancários	5 399,69	4 035,84
Outros	371,75	1 871,75
	5 771,44	**5 907,59**
Diversos		
Sindicatos	0,67	6,76
Outros	819 338,33	244 557,31
	819 339,00	**244 564,07**
	6 957 240,53	**5 737 268,63**

A rubrica "Credores por acréscimos de gastos – Faturação Saúde" decompõe-se da seguinte maneira:

	Valor
Previsão de gastos c/ faturas entradas até 31.12	4 109 649,28
Previsão de gastos c/ faturas de 2021 entradas em 2022	1 212 872,04
Total	**5 322 521,32**

O gasto a cargo do Sindicato com faturas de 2021 entradas em 2022 foi estimado com base na percentagem de comparticipação média do ano.

20. CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os rendimentos relativos a contribuições e quotizações detalham-se como segue:

	31-12-2021	31-12-2020
Contribuições:		
SAMS - Entidade Patronal	36 118 662,24	36 072 361,92
SAMS - Sócio	9 557 705,85	9 474 278,64
Quotizações	6 001 292,62	5 984 435,93
Fundo Complementar de Saúde	2 992 570,35	2 918 450,01
Fundo de Apoio Social	2 720,00	
Contribuições Beneficiários (+25 anos)	97 150,00	103 000,00
	54 770 101,06	**54 552 526,50**

21. ATIVIDADE SINDICAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os gastos relativos à atividade sindical detalham-se como segue:

	31-12-2021	31-12-2020
Assistência na doença (SAMS)		
Comparticipação - Faturação	20 030 667,90	19 367 143,87
Comparticipação - Direta	13 587 991,63	12 040 077,79
Farmácias	4 861 664,73	4 587 821,71
3ª Idade	107 089,72	148 818,62
Outros	121 900,00	122 668,98
	38 709 313,98	**36 266 530,97**
Fundo Complementar de Saúde		
Comparticipações	3 187 843,97	2 781 763,14
Subsídios	359 843,00	563 282,00
	3 547 686,97	**3 345 045,14**
Gastos com a atividade sindical		
Conselho Geral	6 600,00	4 800,00
Compensação por greve	2 036,21	
	8 636,21	**4 800,00**
	42 265 637,16	**39 616 376,11**

Esta rubrica teve um crescimento de cerca de 7%, relativamente a 2020, resultante de um aumento da utilização dos serviços de saúde, face a 2020, embora ainda sem atingir os valores pré-pandemia COVID-19.

Com efeito, a pandemia de COVID-19 teve um grande impacto no acesso aos serviços de saúde em 2020, com o adiamento e cancelamento de muitos atos médicos.

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
Trabalhos especializados	637 546,30	715 892,64
Honorários	591 614,50	673 041,87
Rendas e alugueres	272 176,11	258 380,78

(continua)

(continuação)

	31-12-2021	31-12-2020
Comunicação	224 494,60	200 775,87
Deslocações e estadas	103 437,72	83 587,25
Limpeza, higiene e conforto	101 478,68	102 554,10
Publicidade e propaganda	66 129,87	134 556,57
Serviços bancários	61 326,96	60 832,52
Eletricidade	50 690,45	51 873,35
Informação aos sócios	44 727,47	25 937,97
Seguros	29 627,01	32 148,08
Transportes de pessoal	28 527,28	30 306,35
Vigilância e segurança	21 701,14	22 978,33
Despesas de condomínio	21 051,47	22 090,09
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14 374,86	30 012,27
Artigos para oferta	14 317,08	8 600,96
Outros	14 237,99	17 503,12
Serviços de transportes	11 112,99	10 531,30
Despesas de representação	10 611,74	4 658,94
Material de escritório	8 167,29	13 003,50
Água	6 770,69	8 384,43
Conservação e reparação	4 566,59	10 993,91
Contencioso e notariado	3 838,59	8 429,11
Atividades desportivas e culturais	3 143,15	33 957,28
Combustíveis	2 130,50	328,84
Jornais e revistas	754,30	1 507,69
	2 348 555,33	**2 562 867,12**

Ainda sob o impacto da COVID-19 e a continuação da implementação de medidas de racionalização de custos contribuíram para a redução dos valores desta rubrica.

23. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
Remunerações dos orgãos sociais		
Vencimentos	530 100,00	530 100,00
Encargos sobre remunerações	115 725,52	115 635,65
	645 825,52	**645 735,65**
Remunerações do pessoal		
Vencimentos	2 708 268,33	2 669 383,96
Encargos sobre remunerações	548 996,36	550 185,25
Outros encargos	22 596,58	22 596,88
Outros gastos com o pessoal	166 109,08	327 551,06
	3 445 970,35	**3 569 717,15**
	4 091 795,87	**4 215 452,80**

Em 2021 e 2020, a posição dos trabalhadores do Sindicato foi a seguinte:

	2021	2020
Contrato Sem Termo	98	95
Contrato Termo Certo	19	18
	117	**113**
Orgãos Sociais	25	25
	142	**138**

As atualizações salariais ocorridas em 2021 e 2020 foram as seguintes:

	2021	2020
% aumento	0,40%	0,30%

24. IMPARIDADES

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2021	31-12-2020
Imparidades em dívidas a receber:		
Reforço das perdas por imparidade (Notas 10 e 13)	-2 215,37	-10 733,03
Reversão de perdas por imparidade (Notas 10 e 13)	14 080,79	7 674,75
	11 865,42	**-3 058,28**
Outras imparidades:		
Reforço das perdas por imparidade		
Em investimentos financeiros (Nota 9)	-12 461,68	-30 787,68
	-12 461,68	**-30 787,68**

25. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2021	31-12-2020
Perdas por reduções de justo valor		
Em instrumentos financeiros	-60,90	-1 859,65
Em propriedades de investimento (Nota 6)		-3 348 607,00
	-60,90	**-3 350 466,65**
Ganhos por aumentos de justo valor		
Em instrumentos financeiros (Nota 15)	680,22	
	680,22	
	619,32	**-3 350 466,65**

26. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2021	31-12-2020
Arrendamento Libervita Alcabideche	678 150,41	225 216,00
Exploração do Hotel Libervita Porto Santo	352 909,78	164 477,72
Apartamentos turísticos	112 665,72	115 024,93
Emissão Cartão Família / Cartão SAMS	83 678,61	76 563,47
Outros	35 843,19	1 643,14
Cedência de pessoal	33 856,32	33 091,98
Arrendamento de instalações	33 000,00	9 000,00
Correções relativas a períodos anteriores	31 983,76	41 217,66
Ganhos em investimentos não financeiros	5 095,00	
Cartão BP - Rappel	1 814,06	2 584,31
Ganhos em outros instr. Financeiros	1 022,40	
Dividendos obtidos	260,97	138,60
Atividades desportivas e culturais	115,00	585,30
	1 370 395,22	**669 543,11**

O aumento desta rubrica deve-se, essencialmente, ao aumento dos valores recebidos pelo arrendamento do Libervita Alcabideche e também pela cedência de exploração do Hotel Libervita Porto Santo.

27. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2021	31-12-2020
Quotizações	68 810,00	64 864,00
Correções relativas a períodos anteriores	39 839,48	80 975,07
Impostos	31 636,96	34 791,38
Donativos	7 000,00	4 865,46
Outros	1 099,97	1 561,56
Diferenças de câmbio desfavoráveis	357,37	
Insuficiência da estimativa para impostos		26 833,91
Juros suportados (outros)		141,75
	148 743,78	**214 033,13**

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de reporte, não existem quaisquer outros eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras do Sindicato em referência a 31 de dezembro de 2021.

Em face da incerteza na evolução da economia, em particular, nos mercados financeiros e setor bancário, gerada pelo conflito militar despoletado pela Rússia na Ucrânia, a Direção encontra-se a monitorizar os acontecimentos e possíveis consequências.

No entanto, à data, ainda não é possível estimar potenciais efeitos futuros nas operações do SNQTB.

29. GARANTIAS E PROCESSOS JUDICIAIS

Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2021, o Sindicato possui uma garantia junto do Novo Banco, no valor global de 3.750€.

Processos Judiciais

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, com referência à data de 31 de dezembro de 2021, não tem litígios judiciais pendentes.

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários,

A Direção

Luís Cardoso Botelho

Paulo Alexandre Gonçalves Marcos

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Barata Oliveira